

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES***  
***CURSO DE ESTADO MAIOR – CONJUNTO***

**2009/2010**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / EXÉRCITO PORTUGUÊS / FORÇA AÉREA PORTUGUESA**

**AS FUNÇÕES DO LEGAL ADVISOR NA  
PREPARAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONDUÇÃO  
DAS OPERAÇÕES A NÍVEL OPERACIONAL**

***PAULO ALONSO LINDO***  
***CTEN***



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**AS FUNÇÕES DO *LEGAL ADVISOR* NA PREPARAÇÃO,  
DESENVOLVIMENTO E CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES A  
NÍVEL OPERACIONAL**

**Paulo Jorge de Carvalho Alonso Lindo**

Trabalho de Investigação Individual Final do CEM-C

Lisboa 2010



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**AS FUNÇÕES DO *LEGAL ADVISOR* NA PREPARAÇÃO,  
DESENVOLVIMENTO E CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES A  
NÍVEL OPERACIONAL**

**Paulo Jorge de Carvalho Alonso Lindo**

**CTEN**

Trabalho de Investigação Individual Final do CEM-C

Orientador:

TCOR Inf Rui Alexandre Ramos Silva

Lisboa 2010



## Agradecimentos

A realização deste Trabalho de Investigação Individual não seria possível sem a preciosa colaboração e disponibilidade de um sem número de camaradas e amigos, aos quais não quero deixar de expressar o meu reconhecimento e profunda gratidão.

Ao TCor Inf Rui Alexandre Ramos Silva, meu orientador, agradeço o apoio, a amizade, a disponibilidade, a partilha do saber e as valiosas contribuições para o trabalho.

Finalmente à minha família pelo apoio incondicional, motivação, compreensão, força e estímulo permanente na concretização de novos desafios.



## Índice

Agradecimentos .....	I
Índice .....	II
Resumo .....	IV
Abstract.....	V
Palavras-chave .....	VI
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	VII
Introdução .....	1
1. A Dimensão jurídica das Operações .....	4
a. Direito Internacional Público .....	4
b. O Direito da Guerra <i>Jus in Bello</i> .....	5
c. O Direito à Guerra <i>Jus ad Bellum</i> .....	6
d. Direito dos Conflitos Armados e Direito Humanitário Internacional.....	6
e. Proibição do uso da força.....	7
f. O Direito da legítima defesa individual .....	8
g. O Direito da legítima defesa colectiva .....	9
h. O Uso da força em cumprimento das decisões da ONU .....	10
i. Síntese conclusiva .....	10
2. Competências e responsabilidades do <i>Legal Advisor</i> .....	12
a. As áreas de actuação do <i>Legal Advisor</i> .....	12
b. Equipamento .....	18
c. Formação e Treino .....	19
d. Qualidades profissionais .....	21
e. Síntese conclusiva .....	22
3. O papel do <i>Legal Advisor</i> nas Operações .....	24
a. No planeamento .....	24
b. As Regras de Empenhamento .....	25
c. Lista de Questões Legais de Acordo com os Anexos do OPLAN.....	26
d. Na execução e condução .....	28
e. Targeting .....	29
f. Responsabilidade .....	29
g. Questões práticas jurídicas.....	29



h. Síntese conclusiva .....	30
5. Ligações profissionais.....	31
a. Nacional .....	31
b. NATO.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
c. Organização das Nações Unidas .....	33
d. União Europeia .....	34
e. Organizações Não Governamentais .....	36
f. Caso de estudo .....	36
g. Síntese conclusiva .....	37
Conclusões.....	39
Propostas e recomendações .....	40
Referências Bibliográficas.....	42

## Figuras

Figura 1: Estrutura Orgânica do <i>Special Staff</i> .....	1
Figura 2: Esboço do organigrama do EMUE .....	35
Figura 3: Diagrama dos <i>Legal Advisers</i> .....	37

## Anexos

- Anexo A – Listagem das Principais Convenções da ONU.  
Anexo B – Lista de principais funções e responsabilidades do LEGAD  
Anexo C – LEGAD OFFICE SOP

## Apêndices

- Apêndice 1 – Extractos das entrevistas mais relevantes  
Apêndice 2 – Corpo de conceitos



## Resumo

*They say soldiers and lawyers could never thrive both together in one shire.*

Barnabe Rich: The Anatomy of Ireland, 1615

No mundo moderno em que as forças militares têm de operar em ambientes políticos e jurídicos difusos, os Comandantes militares são confrontados com um crescente número de questões jurídicas que podem ter impacto no sucesso da missão militar. É também neste ambiente que o conselheiro jurídico (LEGAD) operacional pode contribuir significativamente para o sucesso da missão quer seja internacional ou nacional através do aconselhamento ao Comandante, informando-o sobre os considerandos jurídicos que devem ser levados em conta na tomada da decisão. O LEGAD, além de ser fruto de uma obrigatoriedade emanada pelo Protocolo I adicional à Convenção de Genebra, é também um recurso essencial e flexível para os Comandantes em todos os níveis da cadeia de comando, razões suficientes para a realização de um estudo acerca das suas funções ao nível operacional.

As operações militares modernas são cada vez mais complexas, onde os limites da aplicação dos conceitos do uso da força e da legítima defesa são muito ténues, tornando-se imprescindível a existência de um especialista, para auxiliar o Comandante na interpretação e aconselhamento jurídico para que as operações militares se realizem dentro da legitimidade e da legalidade.

No entanto, a actuação do LEGAD não se confina à delimitação da base legal das operações, mas desenvolve-se ao longo de um conjunto de tarefas orientadas sob os princípios jurídicos do Direito Internacional, Lei dos Conflitos Armados, Direito Civil e Direito Interno, realçando-se a sua acção na interpretação dos mandatos, dos estatutos da força, aplicação de compensações, ou ainda na aplicação das regras de empenhamento (ROE).



## Abstract

*They say soldiers and lawyers could never thrive both together in one shire.*

Barnabe Rich: The Anatomy of Ireland, 1615

In the modern world, which military forces must operate in pervasive political and legal environments, military commanders are confronted with a growing number of legal issues that may have impact on the success of military mission. It is also in this environment that the legal adviser (LEGAD) can contribute significantly to operational mission success either international or domestic, by advising the commander, informing him about the legal points that must be taken into account in decision-making. The LEGAD, besides being the result of an obligation issued by the Protocol I Additional to the Geneva Convention, is also a flexible and essential resource for commanders at all levels of command, sufficient reasons for carrying out a study of their functions at the operational level.

Modern military operations are increasingly complex, where the limits of application of the concepts of force and self defence are very soft, becoming indispensable the existence of an expert to assist the commander in the interpretation and legal advice for that military operations be conducted within the legitimacy and legality.

However, the activity of LEGAD is not limited to define the legal basis of operations, but develops over a set of tasks orienting by legal principles of International Law, Law of Armed Conflict, Civil Law and Procedures, and to enhance its action on the interpretation of mandates, Status of Force, Claims, or applying the Rules of Engagement (ROE).





## **Palavras-chave**

Direito Internacional (DI)

Direito Internacional Humanitário (DIH)

Legal Advisor (LEGAD)

Lei dos Conflitos Armados (LCA)

Operações

Regras de Empenhamento (ROE)

Uso da força



## Lista de Siglas e Abreviaturas

### C

C2	Comando e Controlo
CC	Component Commander / Comando de Componente
CG	Command Group / Grupo de Comando
CICV	Comité Internacional da Cruz Vermelha
CIMIC	Civil-Military Cooperation/Cooperação Civil-Militar
CONOPS	Commander’s Concept of Operations/ Conceito de Operações do Comandante.
COS	Chief of Staff / Chefe do Estado-Maior
CSM	Command Sergeant Major / Sargento-mor do Comando

### D

DCA	Direito dos Conflitos Armados
DI	Direito Internacional
DIH	Direito Internacional Humanitário
DJOI	Departamento Jurídico Operacional Internacional

### E

EMUE	Estado-Maior da União Europeia
EXCON	Exercise Control / Controlo do Exercício
EMGFA	Estado Maior General das Forças Armadas

### F

FC	Financial Controller / Controlador Financeiro
FFAA	Forças Armadas
FND	Forças Nacionais Destacadas
FSE	Foward Staff Elements

### H

HUMAD	Human Advisor / Conselheiro Humanitário
-------	---

### I

OEI	Operações de Entrada Inicial
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IOCB	Information Operations Coordination Board

### J

JCB	Joint Coordination Board
JCBWG	Joint Co-ordination Board Working Group
JFC	Joint Force Commander
JTWG	Joint Targeting Working Group

### L

LEGAD	Legal Advisor / Conselheiro Jurídico
LCA	Lei dos Conflitos Armados

### M



---

MDN	Ministério/Ministro da Defesa Nacional
MEDAD	Medical Advisor / Conselheiro Medico
MJLC	Multinational Joint Logistic Centre
MOU	Memorandum of Understanding / Memorando de Entendimento
MWAC	Moral Welfare Activities Committee

**N**

NAC	North Atlantic Council / Conselho do Atlântico Norte
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NEO	Non Combatant Evacuation Operation / Operação de Evacuação de não-Combatentes
NH	Nação Hospedeira

**O**

OCE	Officer Conducting the Exercise/ Oficial Condutor do Exercício
OI	Organismos Internacionais
OLMT	Organizational Level Maintenance Trainer
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPG	Operational Planning Group
OPLAN	Operational Planing /Planeamento Operacional
OPLAW	Operational Law / Direito Operacional
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

**P**

P&C	Purchasing and Contracting
PAA	Public Affairs Advisor
POLAD	Political Advisor / Conselheiro Politico
POW	Prisoners of War / Prisioneiros de Guerra
PPI	Political Police Indicator / Indicador de Direcção Política
PSO	Peace Support Operations / Operações de Apoio à Paz

**R**

RESG	Representante Especial do Secretário-Geral
ROE	Rules of Engagement/Regras de Empenhamento

**S**

SCA	Strategic Communications Advisor
SJC	Serviço Juridico do Conselho
SOFA	Status of Forces Agreement / Acordo do Estatuto das Forças
SOP	Standing Operation Procedure / Procedimento Operacional Padrão
SPAO	Staff Public Affairs Office
STANAG	Standardization Agreement / Acordo de estandardização

**T**

TO	Teatro de Operações
----	---------------------





## Introdução

*Decisions were impacted by legal considerations at every level, [the law of war] proved invaluable in the decision-making process.*

General Colin Powell, Chairman, U.S. Joint Chiefs of Staff: "Conduct of the Persian Gulf War, "Final Report to Congress, April 1992

As questões jurídicas que surgem em todo o espectro de operações militares, em estado de paz, de crise e de conflito, têm vindo a aumentar de complexidade, pelo que as mesmas devem ser consideradas em todas as fases de planeamento e execução das missões militares. Factor que tem levado ao incremento do número de assessores jurídicos (LEGAD) e pessoal de apoio jurídico nas operações. Por outro lado, a necessidade dos Comandantes e Estados-Maiores terem uma compreensão das questões jurídicas susceptíveis de serem levantadas durante as operações é significativa. Um dos requisitos fundamentais da Lei dos Conflitos Armados é a existência de LEGAD disponíveis no nível adequado para aconselhar os Comandantes militares na aplicação da lei. Factores só por si justificativos para a realização deste trabalho.

Perante a abrangência que o tema encerra, torna-se necessário sublinhar que este Estudo tem por objecto a identificação das funções do LEGAD ao nível operacional na perspectiva funcional, das suas áreas de actuação e da sua coordenação operacional, com a finalidade de contribuir para a clarificação da importância do papel do LEGAD neste contexto.

A metodologia de investigação escolhida para a elaboração do presente Trabalho de Investigação Individual foi a do método científico, com recurso ao modelo hipotético-dedutivo, conforme determinado na NEP DE 218, do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), que se rege pelos preceitos estabelecidos na obra Manual de Investigação em Ciências Sociais (Quivy e Campenhoudt, 1992).

Para abordar a questão em investigação, orientou-se este estudo, com base nos seguintes objectivos de investigação:

- Identificar a base conceptual das operações;
- Identificar e caracterizar as funções, requisitos de formação e treino, competências e responsabilidades do LEGAD no contexto operacional;
- Identificar e caracterizar a actuação do LEGAD nas diferentes estruturas em que se poderá enquadrar;

Com este propósito e após a pesquisa inicial efectuada, definiu-se a seguinte **questão**



**central** que orientou o presente Estudo:

*QC – Qual actuação do LEGAD no planeamento, desenvolvimento e condução das operações ao nível operacional?”*

Desta questão central deduziram-se as subsequentes **questões derivadas**:

QD1 – Quais os princípios legais que devem suportar as operações militares, sobre os quais o LEGAD terá de aconselhar o Comandante?

QD2 – A actuação do LEGAD envolve transversalmente diversas áreas do Direito no desempenho das funções a nível operacional?

QD3 – É possível caracterizar o papel do LEGAD no processo de planeamento, desenvolvimento e condução das operações?

QD4 – Como se define a actuação do LEGAD ao nível nacional, OTAN, União Europeia (EU) e no apoio às Organizações não-governamentais (ONG)?

Deduzidas as questões derivadas da questão central, foram levantadas as seguintes

**Hipóteses (H):**

H1 – As operações militares têm principalmente a sua base legal no Direito Internacional Publico e no Direito Internacional Humanitário;

H2 – O LEGAD nas acções que desenvolve, actua profissionalmente em diversas áreas do Direito;

H3 – O LEGAD deve ser integrado no Estado-Maior, procurando assegurar a legalidade e a legitimidade das operações, participando no processo de planeamento operacional;

H4 – O LEGAD nas diversas organizações, actua sob os mesmos princípios profissionais, no entanto torna-se necessário adaptar a sua actuação às características da organização funcional em que está inserido.

A sistematização da análise do objecto de estudo visou clarificar as noções e os conceitos inerentes ao problema. Para evitar desvios ou pouca clareza na análise, o percurso metodológico foi organizado segundo duas etapas. Inicialmente, procedeu-se a um levantamento, a uma análise e avaliação de dados, de modo a possibilitar uma revisão de leitura adequada ao estudo. Em termos de pesquisa bibliográfica privilegiaram-se as convenções internacionais, a legislação internacional, a doutrina OTAN, os artigos técnicos e operacionais e também alguns sítios na Internet. Posteriormente, complementou-se a investigação bibliográfica com base em entrevistas. Pretendeu-se contactar personalidades que, pela sua experiência relacionada com a temática em estudo, constituíssem um contributo para responder aos objectivos centrais do presente trabalho, e onde destacamos o Comandante Neves Correia, actual Chefe do Departamento Jurídico



Operacional Internacional do Estado-Maior da Armada e ex. LEGAD do EMGFA.

Após um primeiro capítulo neste trabalho, onde é efectuada uma introdução, concretizam-se, no segundo capítulo, as questões que suportam a actuação legal das operações no que se refere à legitimidade, legalidade do uso da força no âmbito do Direito Internacional e do Direito Internacional Humanitário, caracterizando-os também.

Seguidamente analisam-se as competências profissionais do LEGAD, caracterizando posteriormente o seu papel nas operações. No quarto capítulo abordam-se as funções do LEGAD no planeamento, desenvolvimento e condução das operações militares e, finalmente aborda-se a forma de actuação do LEGAD ao nível dos comandos operacionais OTAN, União Europeia, a nível Nacional e nas Organizações não Governamentais, terminando com as conclusões.



## 1. A Dimensão jurídica das Operações

As operações militares têm uma dimensão jurídica, devendo ser conduzidas de forma lícita. O LEGAD é essencial, não só na decisão estratégica de mobilizar forças, mas também na interpretação da decisão e na sua aplicação ao nível operacional e tático. Os LEGAD têm um importante papel de apoio nas operações conjuntas. No entanto, também é directamente relevante para os Comandantes de Componente (CC)<sup>1</sup> e para os seus conselheiros jurídicos. É preciso reconhecer que, em questões legais, como em outros aspectos das operações, a actividade tática pode ter um efeito estratégico e operacional e vice-versa.

As operações militares sejam navais, terrestres ou aéreas procuram sempre cumprir com o normativo legal, identificando as áreas do direito em que assentam, bem como as questões de legitimidade e legalidade que se levantam quando se tem que conduzir operações militares com recurso ao uso da força.

Há uma variedade de legislação internacionalmente aceite nas relações entre os Estados como sendo as bases jurídicas para o uso da força, tanto em direito consuetudinário, como em direito convencional.

### a. Direito Internacional Público

O Direito Internacional Público ou Direito das Gentes é, para o Professor Jorge Miranda, o Direito das relações entre os Estados. Mas também é um conjunto de normas e instituições jurídicas, mas não é a única ordem normativa internacional. Conjuntamente com ela surgem também a moral internacional, as normas de cortesia ou de trato social enquanto se projectam na vida internacional. (MIRANDA, 2006: 22)

O sistema internacional é descentralizado e cada Estado representa um centro de decisão autónomo e soberano. É com base nesses atributos que historicamente o Direito Internacional se desenvolveu e muitas de suas alegadas deficiências ou peculiaridades são reflexo do estado de desenvolvimento do sistema internacional. (SOUSA, 1999: 218)

Actualmente o Direito Internacional apresenta-se como um sistema complexo e com fontes diferenciadas, com realce para o *costume* e para o *tratado*, diversificado no âmbito das normas, com algumas que abrangem todos os Estados e entidades afins e outras

---

<sup>1</sup> “A designated commander responsible for the planning and conduct of a maritime, land, air, space or other operation as part of a joint force.” (NATO, 2008b: 2-C-12)





que abrangem somente os sujeitos nas relações entre si ou apenas certas categorias de sujeitos. (MIRANDA, 2006: 30)

Podemos então afirmar que o Direito Internacional Publico significa a base da competência do Estado para satisfazer os interesses da comunidade, os deveres dos cidadãos e a soberania das leis regulando o limite da potestade pública estabelecida nas normas vigentes de carácter universal ou com validade internacional bilateral. (NETO, s.d.)

Quanto à lei, ela não pode ser decretada em Direito Internacional, mas há tentativas de aproximação realizadas através de tratados multilaterais e, em certos casos, resultante das decisões de organizações internacionais.

### **b. O Direito da Guerra *Jus in Bello***

O Direito da Guerra *Jus in bello* remonta aos tempos ancestrais quando a guerra era a opção para resolver os diferendos entre os Estados, encontrando-se correlacionado com o costume, o qual é para a maioria dos Estados considerado como fonte do Direito. O Direito da Guerra, é portanto o conjunto do normativo legal edificado, inicialmente costumeiro, à *posteriori* convencionado que procurava salvaguardar as vítimas da guerra. (REVISTA ÂMBITO JURÍDICO, 2009)

Com o passar dos tempos, verificou-se por parte dos Comandantes militares, a demanda da preservação da dignidade da condição humana, procurando limitar os danos físicos nos combatentes que eram feridos ou tornados prisioneiros.

Nos dias de hoje, o Direito da Guerra é o conjunto de convenções, tratados, acordos, entre outros documentos jurídicos que, quando já não há mais nada que regulamente a actuação dos Estados, procuram limitar, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito. (SILVA, 2002: 405)

Durante muitos anos a guerra era sempre lícita, tudo o que fosse encarado como sendo erróneo por uma das partes poderia servir para espoletar um conflito armado. Com o nascer do *jus in bello*, surgiram também os primeiros direitos na guerra, legitimados à *posteriori*. No entanto só em 1919 com o pacto da Sociedade das Nações, é que a guerra começou a ser abordada como opção alternativa para a resolução de conflitos. (SILVA, 2002: 406)



### **c. O Direito à Guerra *Jus ad Bellum***

O Direito à Guerra, *Jus ad bellum*, não é mais do que o normativo legal que procura tornar as guerras legítimas, de acordo com o ponto de vista de cada uma das partes. No tempo medieval, a guerra era considerada como sendo uma coisa natural bastando unicamente a vontade de um Senhor para a guerra ser legítima, facto que evoluiu consideravelmente até aos dias de hoje.

Em 1949 foram aprovadas as quatro convenções de Genebra que procuraram estabelecer algum normativo nos conflitos armados, nomeadamente na protecção dos militares feridos e doentes no campo de batalha, a garantia da protecção dos militares feridos ou doentes no mar, a protecção dos prisioneiros de guerra e a protecção dos civis em tempo de guerra. Adicionalmente foram celebrados, em 1977, os protocolos que estendiam a protecção a qualquer pessoa afectada pelos conflitos armados. Este é o normativo vigente para a salvaguarda da dignidade humana, durante os conflitos. (REVISTA ÂMBITO JURÍDICO, 2009)

No Direito Internacional actual, o direito à guerra rege-se com base nos princípios da necessidade e da humanidade. O primeiro procura a origem da causa para a agressão e o segundo preocupa-se com os princípios do direito humanitário aplicáveis no conflito.

O direito de um Estado fazer a guerra está subjacente à existência de normas que legitimem esse direito. Nesse caso a guerra torna-se mesmo um instrumento da lei, quando é empregue como um acto de justiça, em nome e defesa da lei ou então como forma de punição de actos criminosos. Pelo que a guerra deve ser justa, o que faz emergir aqui um novo conceito, o da guerra justa que não é mais do que o dever da guerra ser legal, e encontrar-se de acordo com o sistema normativo em vigor. (REVISTA ÂMBITO JURÍDICO, 2009)

Podemos então dizer que a guerra deve procurar um fim justo, promovendo a paz não infringindo danos de qualquer ordem, não utilizando a força superior à mínima<sup>2</sup>. Actualmente a guerra será justa unicamente se visar a legítima defesa ou sob um mandato da ONU. (REZEK, 2005: 373)

### **d. Direito dos Conflitos Armados e Direito Humanitário Internacional**

No período pós 2ª guerra mundial assistiu-se ao aumento da importância dos Direitos Humanos, dando uma crescente importância ao sujeito, quer no âmbito do direito

---

<sup>2</sup> Força Mínima: é a força necessária e proporcional, incluindo força letal. Esta força deve ser limitada, no seu grau de intensidade e duração, ao necessário para atingir o objectivo.



interno, quer no âmbito do Direito Internacional, atribuindo personalidade e capacidades jurídicas próprias. (GUERRA, s.d.: 938)

Actualmente, o Direito Internacional evoluiu para lá da simples protecção diplomática ou humanitária, desenvolveu uma estrutura jurídica internacional de justiça, tendo por objectivo a premissa da protecção dos direitos do homem.

O Direito Internacional clássico não reconhecia a condição humana como sujeito de direito, condição atribuída unicamente aos Estados, pelo que se podia considerar que se estaria maioritariamente perante relações inter-estatais. (GUERRA, s.d.: 940)

Na década de cinquenta do século passado, surgiu o Direito Internacional dos Direitos Humanos, fruto das violações de direitos humanos ocorridas na 2ª Guerra Mundial e da convicção de que parte destas violações poderiam ter sido evitadas caso existisse um efectivo sistema de protecção internacional dos direitos humanos. (BUERGENTHAL & PIOVESAN, 1996: 140). Com estes pressupostos, o Direito Internacional dos Direitos do Homem passou a constituir objecto de um ramo autónomo do Direito Internacional Público, com instrumentos, órgãos e procedimentos de aplicação próprios caracterizando-se essencialmente como um direito de protecção. (TRINDADE, 1997: 17)

O Direito Internacional dos Conflitos Armados ou Direito dos Conflitos Armados (DCA), também conhecido como Direito Internacional Humanitário visa a protecção da vida, a integridade e dignidade dos indivíduos.

O DCA é um conjunto de normas que procura limitar as consequências do conflito armado por razões humanitárias. De origem consuetudinária, foi codificado em tratados desde 1864. O Direito Internacional dos Conflitos Armados protege as pessoas que não participam das hostilidades e limita os meios e métodos da guerra. (CICV, 2009: 8)

#### **e. Proibição do uso da força**

Ao longo da História, os conflitos têm sido uma constante, quer sejam entre Estados ou intra-estatais, caracterizando-se por guerras de libertação, guerras civis ou coloniais.

A carta da ONU menciona que em situações de conflito (jurídico ou político), de acordo com o artº. 33º, existem os seguintes métodos para a resolução pacífica dos conflitos entre Estados: negociação<sup>3</sup>, inquérito internacional<sup>4</sup>, mediação<sup>5</sup>, conciliação<sup>6</sup>,

---

<sup>3</sup> A negociação diplomática reúne, em regra, somente os Estados em litígio.

<sup>4</sup> Investigação dos factos que originaram o litígio.

<sup>5</sup> A mediação, consiste em propor as bases de uma negociação para procurar a reaproximação entre os protagonistas de um conflito.



arbitragem, solução judicial, recurso às organizações<sup>7</sup> acordos regionais<sup>8</sup>, ou ainda os “bons ofícios”<sup>9</sup>. (SALES, 2002) No entanto há situações em que a sua gravidade é superior, ameaçando a paz e a segurança internacional, sendo esta a tipificação de conflitos que nos referimos neste trabalho.

Para o Professor Jorge Miranda, à multiplicidade de conflitos o DIP responde com um crescente número de soluções. (MIRANDA, 2006: 263)

A Carta das Nações Unidas no seu artº. 2º(3) refere que todas as controvérsias entre os Estados membros devem ser resolvidas por meios pacíficos, devendo ser evitada nas suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou contra a independência política de qualquer Estado.

*Todos os membros deverão resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas.*

A ameaça do uso da força militar directa ou indirecta<sup>10</sup>, de acordo com a Carta, também não é permitida, isto é, um Estado não pode persuadir um outro, sob ameaça do uso da força armada, com uma determinada finalidade. (DAUDT, 2005: 17)

No entanto, o uso da força pode ser permitido em duas situações expressas: em legítima defesa, quando ocorre um ataque armado, ou autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU.

## **f. O Direito da legítima defesa individual**

A Carta da ONU rege a ilicitude do uso da força, conferindo unicamente excepções para o direito natural à legítima defesa, individual ou colectiva. (SILVA, 2002).

Esta excepção está plasmada no artº. 51º da Carta da ONU, nos seguintes termos:

*Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou colectiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e segurança internacionais. As medidas tomadas pelos*

---

<sup>6</sup> A comissão de Conciliação terá por tarefa elencar questões em litígio, recolher para este fim todas as informações úteis pela via do inquérito ou outra, procurando conciliar as partes.

<sup>7</sup> Procuram essencialmente a manutenção da paz, através de inquérito, da mediação e da conciliação, limitando-se a propor recomendações às partes em conflito.

<sup>8</sup> Como exemplos, como a NATO e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

<sup>9</sup> Indicam a intervenção de um terceiro potência que ‘oferecer’ a sua mediação para fazer cessar um litígio entre dois Estados.

<sup>10</sup> Exemplo de uso da força armada de maneira indirecta é quando um Estado dá apoio de alguma forma, a actividades de terrorismo contra outro Estado.



*Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a acção que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.*

A legítima defesa é uma excepção necessária à regra contida no artº. 51º da Carta, uma vez que o Estado agredido necessita responder ao ataque não dispondo de tempo para esperar por uma acção das Nações Unidas, contudo, a utilização da legítima defesa é muito limitada. Subentende a existência de uma ameaça iminente<sup>11</sup> ou de um ataque contra a integridade territorial de um Estado (*i.e.*, contra o seu território, águas territoriais, espaço aéreo, ou contra navios e aeronaves do Estado agredido). Ou seja, exclui-se a possibilidade de ataques preventivos ou preentivos, isto é, o ataque tem de já estar em curso. Mas a questão da legítima defesa é de difícil avaliação, de acordo com o direito costumeiro, devendo ser utilizada de acordo com o princípio da proporcionalidade<sup>12</sup> da agressão e somente em caso de necessidade<sup>13</sup>. (DAUDT, 2005: 17)

#### **g. O Direito da legítima defesa colectiva**

No caso da legítima defesa colectiva é necessário, além dos requisitos da legítima defesa individual acima explanados, que o Estado agredido se declare vítima e solicite o auxílio de outros Estados.

A legítima defesa colectiva encontra-se prevista na Carta da ONU (artº. 51º), como forma de legitimar os acordos de defesa mútua firmados antes da criação da Organização das Nações Unidas. Após a II Guerra Mundial, e durante a guerra fria, foram criadas diversas organizações regionais de defesa colectiva, nomeadamente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, 1949), a União Europeia Ocidental (UEO, 1955), e o Pacto de Varsóvia (1951). O Tratado constitutivo de cada uma das organizações previa o auxílio militar mutuo dos Estados constituintes em apoio do outro Estado, parte que foi vítima de um acto de agressão armada. Exemplo disso é o artº. 5º do Tratado de Bruxelas, com a revisão introduzida pelo Protocolo de 1954, que instituiu a União Europeia Ocidental, o qual expressa que: *Se qualquer das Altas Partes Contratantes vier a ser*

<sup>11</sup>Significa que a necessidade de defesa é evidente, imediata e inevitável (foram já iniciados os actos preparatórios e vai acontecer um ataque a qualquer momento).

<sup>12</sup>Significa uma resposta equiparada à percepção do nível da ameaça apresentada. Qualquer uso da força deverá ser limitado ao grau, intensidade e duração necessária à legítima defesa e nunca para além disso. O prejuízo causado pelo acto não é manifestamente superior ao que pode resultar da agressão.

<sup>13</sup>Significa que o uso da força é indispensável para assegurar a legítima defesa (não há outro meio).



*vítima de agressão armada na Europa, as outras Partes Contratantes, de acordo com o disposto no artigo 51º da Carta das Nações Unidas, prestar-lhe-ão auxílio e assistência com todos os meios ao seu alcance, militares e outros.* (SOUSA, 1999)

#### **h. O Uso da força em cumprimento das decisões da ONU**

A segunda excepção à regra que proíbe a ameaça ou o uso da força encontra-se prevista para o caso do cumprimento de uma decisão ou recomendação da ONU, com a finalidade de manter ou restaurar a paz e segurança internacionais.

Exemplo disso, foi a autorização pelo Conselho de Segurança<sup>14</sup>, do uso da força na primeira Guerra do Golfo (1991), na qual, era claro que os Aliados estavam agindo “sob os artº. 39 e 40 da Carta das Nações Unidas”, condenando a invasão do Kuwait pelo Iraque e exigindo a retirada imediata das tropas Iraquianas. (SOUSA, 1999: 220)

Mas os factos, mostram também inúmeros exemplos em que o uso da força pelo Estado se efectuou à margem da Carta<sup>15</sup>.

No entanto, o Conselho de Segurança pode permitir o uso da força em conflitos ocorridos dentro de um Estado, em situações claras de grave violação dos direitos humanos, que constitua um risco para a paz e para a segurança internacionais. No entanto os Estados têm uma forte relutância em legitimar as intervenções humanitárias, com vista a salvaguardarem-se de consequências futuras causadas por abusos que os Estados poderosos eventualmente possam cometer.

Por outro lado, o Conselho de Segurança também não consegue tomar medidas coercivas devido às divergências dos Membros Permanentes ou devido ao exercício do seu poder de veto, pelo que deveria existir uma forma que permitisse o uso da força, com fins humanitários, mesmo sem a autorização do Conselho de Segurança. (DAUDT, 2005: 25)

#### **i. Síntese conclusiva**

Como se verifica, o Direito Internacional Publico procura ser o normativo legal que os Estados devem cumprir no relacionamento entre si. O DIP é baseado substancialmente em normas costumeiras e de conduta, o que faz com que o seu entendimento varie de Estado para Estado. Com base nestes pressupostos a ONU procurou, através da sua carta, definir o conceito geral de como os Estados devem agir entre si, incluindo também no que se refere ao uso da força.

---

<sup>14</sup>O Conselho de Segurança adoptou a Resolução 660 (02/08/90).

<sup>15</sup>Por exemplo a intervenção da União Soviética na Hungria em 1958 ou dos Estados Unidos e Inglaterra no Iraque em 2003.



O artº. 51º da Carta da ONU valida o uso da força, em legítima defesa, mas salvaguarda a necessidade da proporcionalidade da força. Por sua vez, o artº. 51º da Carta, quando conjugado com o artº. 5º do Tratado de Bruxelas, permite a aplicação do conceito de legítima defesa alargada, ou seja o uso da força por parte de um Estado terceiro em apoio a um membro da organização. Importa também referir, que existe a possibilidade de se fazer uso da força, sob a égide de um mandato da ONU.

No que se refere ao Direito Internacional Humanitário, este procura através da aplicação de tratados e convenções rectificadas pela maioria dos Estados, proteger a vida, em caso de conflito armado internacional ou não internacional.

Estão assim, encontrados os principais pilares que constituem a base legal para a realização das operações militares, que permite concluir que, as operações militares têm de ser sustentadas legalmente no Direito Internacional Público e no Direito Internacional Humanitário, podendo desta forma confirmar a nossa Hipótese 1 – *As operações militares têm a sua base legal principalmente no Direito Internacional Público e no Direito Internacional Humanitário* - o que se traduz na resposta à nossa primeira questão derivada.





## 2. Competências e responsabilidades do *Legal Advisor*

O artº. 82º do Protocolo I adicional à Convenção de Genebra determina que devem existir assessores jurídicos para aconselhar os Comandantes militares, no nível apropriado, relativamente à aplicação das Convenções de Genebra e dos Protocolos adicionais. Contudo a Convenção não define quanto ao nível em que o jurista operacional deva ser colocado, mas é entendido que para que o aconselhamento jurídico seja eficaz, este deve estar disponível até ao nível tático, para apoiar a tomada de decisões operacionais dos Comandantes.

As razões para a existência de LEGAD são três: em primeiro, para que o aconselhamento jurídico seja eficaz deve ser baseado em factos precisos e numa apreciação genuína do ambiente em que o aconselhamento vai ser aplicado; em segundo lugar, os tipos de questões jurídicas com que cada Comandante se depara variam em cada nível de comando; e finalmente, a velocidade a que as decisões relacionadas com as questões de direito operacional têm de ser tomadas durante as operações frequentemente obriga a uma resposta mais célere do que aquela que o escalão superior consegue dar. No entanto, não é necessária a existência de um LEGAD em dedicação exclusiva em todas as forças destacadas (por exemplo, pequenos grupos de observadores das Nações Unidas), mas quanto maior for a autonomia dada a um Comandante militar, maior será a necessidade da existência de assessoria jurídica operacional disponibilizada em tempo oportuno, através da presença de um jurista operacional. (WARTKIN, s.d.: 15)

### a. As áreas de actuação do *Legal Advisor*

O apoio jurídico às operações, abrange todos os serviços prestados pelos juristas existentes nas Forças Armadas às unidades, aos Comandantes e aos soldados na área de operações <sup>16</sup>(AO) e em todo o espectro de operações<sup>17</sup>. O apoio Jurídico às operações centra-se em três áreas funcionais: comando e controle, sustentação e serviços de apoio ao pessoal.

---

<sup>16</sup>“An operational area defined by a joint commander for land or maritime forces to conduct military activities. Normally, an area of operations does not encompass the entire joint operations area of the joint commander, but is sufficient in size for the joint force component commander to accomplish assigned missions and protect forces.” (NATO, 2008b: 2-O-2)

<sup>17</sup>“Military action or the carrying out of a strategic, tactical, service, training, or administrative military mission; the process of carrying on combat, including movement, supply, attack, defence and manoeuvres needed to gain the objectives of any battle or campaign” (NATO, 2008b: 2-O-2)





As funções de comando e de Estado-Maior incluem o aconselhamento aos Comandantes, aos Estados-Maiores e às tropas, sobre os aspectos legais da autoridade de comando, a disciplina de comando, o uso da força e da lei dos conflitos armados.

Geralmente, as questões que afectam directamente as decisões operacionais dos Comandantes no processo da tomada de decisão no campo de batalha recaem dentro de funções de comando e controlo.

São exemplos das responsabilidades de comando e controlo dos LEGAD: o aconselhamento aos Comandantes no que se refere a questões de conduta militar e garante da disciplina; a determinação do estatuto dos prisioneiros de guerra; a aplicação do Direito do Mar; a formação na Lei dos Conflitos Armados; a interpretação, desenho e formação sobre as *Rules of Engagement* (ROE); a colaboração na investigação de Crimes de Guerra; a análise da legalidade e legitimidade do uso da força; a negociação de acordos sobre o Estatuto das Força e memorandos de entendimento com a Nação Hospedeira (HN); a participação em operações de informações, células de *targeting* e no processo de tomada de decisões militares; a análise dos Planos Operacionais para o cumprimento da LCA; o tratamento de civis, refugiados, feridos e doentes. (NATO, 2008a: 95).

As funções de sustentação incluem a negociação de contratos de aquisição e acordos sobre o SOFA, contratação de contingência de combate, direito fiscal, processos de sinistros resultantes de um ambiente operacional, e direito ambiental.

O apoio jurídico às operações deve incluir o direito operacional (OPLAW) e cada uma das disciplinas do seu núcleo jurídico - direito internacional, direito administrativo, direito civil<sup>18</sup>, compensações, assistência jurídica e a justiça militar. As áreas funcionais de suporte legal destinam-se a melhor descrever as tarefas operacionais que são suportadas por determinados serviços jurídicos.

Enquanto algumas funções jurídicas tradicionais estão associadas ao apoio de serviços em combate, o apoio jurídico às operações vai para além das funções tradicionais de apoio de serviços, e tem muitas vezes um impacto substancial na acção de comando e controlo de um Comandante, assim como na sustentação de uma operação militar. (NATO, 2008a: 95-97)

### **(1) Direito Operacional**

O OPLAW é o direito interno, direito estrangeiro e o direito internacional, que afecta directamente a condução das operações, apoiando o comando e controlo das

---

<sup>18</sup>Inclui o direito contratual, fiscal e ambiental.



operações militares, durante o processo da tomada de decisões militares e na execução das operações. O OPLAW corrobora o processo da tomada de decisão através da realização da análise da missão, preparação da estimativa jurídica, do desenho da arquitectura de apoio jurídico operacional, da participação nos jogos da guerra, na elaboração dos anexos jurídicos, auxiliando no desenvolvimento e construção das regras de empenhamento e na revisão dos planos e ordens de batalha. O Direito Operacional suporta a execução das operações mantendo uma *picture*<sup>19</sup> comum, e aconselhando e assistindo no *targeting*<sup>20</sup>, na implementação das ROE e nas operações de informação<sup>21</sup>. (FM 27-100, 2000: 3.2 - 3.3)

## **(2) Justiça Militar**

A justiça militar, procura eliminar alegadas violações através dos meios judiciais e não judiciais. O objectivo da justiça militar, como parte integrante do direito militar, é a promoção da justiça, para auxiliar na manutenção da lei, da ordem e disciplina nas Forças Armadas, com vista a promover a eficiência e eficácia da instituição militar. (FM 27-100, 2000: 3.3)

## **(3) Direito Internacional**

Como foi visto anteriormente, o Direito Internacional inclui a aplicação de acordos internacionais, as práticas costumeiras internacionais, e os princípios gerais do direito reconhecidos pelos Estados. Dentro das FFAA, a prática do Direito Internacional também inclui o direito estrangeiro, o direito comparado, a lei marcial e o direito interno com influência no exterior, a *intelligence*<sup>22</sup>, e as actividades anti-narcotráfico e de assistência civil.

As responsabilidades internacionais dos LEGAD incluem (FM 27-100, 2000: 3.6 - 3.7):

-Implementar o programa relacionado com a Lei dos Conflitos Armados incluindo formação, aconselhamento sobre a sua aplicação (ou outro direito humanitário) para as operações militares, determinação do estatuto do prisioneiro de guerra,

---

<sup>19</sup>Panorama marítimo, terrestre e aéreo.

<sup>20</sup>Processo de selecção de alvos.

<sup>21</sup>Operações de Informação são aquelas que “incluem e envolvem a Guerra de Comando e Controlo com as actividades políticas, diplomáticas, a Cooperação Civil-Militar (CIMIC) e a Informação Pública (IP), assim como quaisquer outras que possam afectar a percepção de um adversário e de quaisquer outras partes envolvidas” (NATO, 2000)

<sup>22</sup>“The product resulting from the processing of information concerning foreign nations, hostile or potentially hostile forces or elements, or areas of actual or potential operations. The term is also applied to the activity which results in the product and to the organizations engaged in such activity.” (NATO, 2008b: 2-I-6)



pessoa ou propriedade com estatuto especial e supervisionar as investigações de crimes de guerra.

- Prestar assistência nas questões jurídicas internacionais ligadas com as forças nacionais destacadas no exterior, incluindo a base legal para a condução de operações, Estatuto das Força, Memorando de Entendimento e o impacto da legislação estrangeira sobre as actividades das FFAA;
- Acompanhar as questões jurídicas relacionadas com o pessoal militar e civil das FFAA e seus dependentes colocados no estrangeiro;
- Prestar assistência às questões jurídicas relacionadas com *intelligence*, e as actividades anti-narcotráfico e de assistência civil;
- Assessorar o Comando sobre o desenvolvimento de acordos internacionais;
- Prestar ligação jurídica com as autoridades da Nação Hospedeira<sup>23</sup> ou nação aliada.

#### **(4) Direito Administrativo**

O Direito Administrativo é o órgão da lei que contém os estatutos, regulamentos e decisões judiciais que determinam a criação, funcionamento e comando das organizações militares. A prática do direito administrativo inclui o aconselhamento aos Comandantes e a litigação<sup>24</sup> que envolva as FFAA abrangendo áreas jurídicas como a legislação de pessoal militar; informações sobre práticas de gestão; investigações; relacionamento com organizações privadas; relações laborais e direito do trabalho; infra-estruturas militar ou ainda ética. (FM 27-100, 2000: 3.7 - 3.9)

O LEGAD no âmbito do direito administrativo procura aconselhar: os Comandantes analisando as acções judiciais existentes; os oficiais averiguantes ou instrutores de processos no que concerne à sua suficiência legal; as autoridades de justiça acerca dos resultados de investigações efectuadas; os oficiais das FFAA relativamente ao apoio e às relações com as organizações e instituições privadas; os Comandantes no que se refere a questões jurídicas aplicáveis às instalações militares e por último aconselhar o pessoal militar sobre ética de gestão.

---

<sup>23</sup> “A nation which, by agreement:

a. receives forces and materiel of NATO or other nations operating on/from or transiting through its territory;

b. allows materiel and/or NATO organizations to be located on its territory; and/or provides support for these purposes”. (NATO, 2008b: 2-H-4)

<sup>24</sup> Em Portugal os LEGAD podem, unicamente, litigar no âmbito de processos administrativos, nos termos do código de processo nos tribunais administrativos aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro.



### **(5) Direito Civil**

O direito civil é o corpo da lei que contém os estatutos, regulamentos e decisões judiciais que determinam os direitos e deveres das organizações e instalações militares sobre as autoridades civis. A prática de direito civil inclui o direito dos contratos, o direito fiscal, o direito ambiental, e muitas outras áreas especializadas de Direito. (FM 27-100, 2000: 3.2 - 3.3)

### **(6) Direito Contratual**

O direito dos contratos é o direito nacional e internacional aplicável na aquisição de bens, serviços e infra-estruturas. A prática do direito dos contratos inclui as aquisições no teatro de operações, a contratação de contingência, os protestos de disputa e os litígios contratuais, a supervisão de fraude nos contratos e as actividades comerciais.

No caso dos contratos de fornecimento, as responsabilidades do LEGAD, incluem aconselhamento jurídico e assistência aos funcionários contratantes, durante todas as fases do processo de contratação, abrangendo a assessoria jurídica ao comando relativamente à aquisição de bens e serviços no campo de batalha. (FM 27-100, 2000: 3.9)

O LEGAD deve ser participante activo no processo de aquisição, envolvendo-se desde o início do processo de contratação, colaborando proximamente com a equipa de supervisão técnica e prestando aconselhamento jurídico à equipa de gestão do contrato.

### **(7) Direito Fiscal**

O Direito Fiscal aplica a legislação e demais regulamentos internos no financiamento das operações militares e no apoio às agências estatais ou outras organizações. As responsabilidades do LEGAD nesta área incluem o fornecimento de pareceres jurídicos sobre a adequada aplicação da despesa pública, o apoio aos acordos inter-agenciais para a logística, segurança e assistência, e o apoio às organizações não-governamentais. (FM 27-100, 2000: 3.9 - 3.10)

### **(8) Direito Ambiental**

O direito ambiental é o corpo da lei que contém os estatutos, regulamentos e decisões judiciais relacionadas com as actividades das FFAA que afectam o ambiente incluindo as águas navegáveis, perto da costa e águas abertas, e quaisquer outras águas superficiais, subterrâneas, abastecimento de água potável, a superfície terrestre ou área do



subsolo, do ar ambiente, vegetação, fauna, e os seres humanos. O direito da Nação Hospedeira também pode afectar as operações das FFAA. (FM 27-100, 2000: 3.10 - 3.11)

O LEGAD presta serviços e consultoria jurídica em todos os aspectos das questões ambientais, incluindo: a representação das FFAA em questões de contencioso ambiental<sup>25</sup>; o acompanhamento da evolução legislativa e regulamentar ao nível ambiental; a prestação de consultoria sobre a adequação de quaisquer actividades de fiscalização ambiental.

### **(9) Assistência Jurídica**

Assistência jurídica é a prestação de serviços jurídicos aos militares, pessoal civil, e outras pessoas elegíveis. A assistência jurídica promove o moral e a disciplina e, assim, contribui directamente para o cumprimento da missão.

O LEGAD presta assistência jurídica numa variedade de situações, tais como exercícios de prontidão para combate, preparação jurídica para a pré-mobilização, briefings de desmobilização; operações de evacuação de não combatentes; programas jurídicos de prevenção; aconselhamento jurídico, participação em negociações, preparação de documentos jurídicos e seu arquivamento, limitada representação em tribunal, e mediação.

O LEGAD trata ainda de uma variedade de casos como bens imóveis, bens pessoais, assuntos económicos, questões administrativas civis e militares, responsabilidade civil, impostos, e questões criminais civis.

A assistência jurídica é prestada ao nível operacional ou superior, contudo quando em operações combinadas, cada nação envolvida é responsável por prestar assistência jurídica ao seu pessoal. (FM 27-100, 2000: 3.13 - 3.15)

### **(10) Compensações**

Normalmente os acordos do Estatuto das Força estabelecem um regime de compensações através do qual a nação anfitriã concorda em receber, investigar, julgar e pagar as reclamações devidas pelos danos sofridos (aos seus habitantes ou bens), devido às actividades do uso da força. Por norma existe uma medida de partilha de encargos. Na OTAN o país anfitrião paga 25% da compensação aprovada, e encaminha os restantes 75% ao outro Estado, para reembolso. A lei local é aplicável a este processo para determinação da responsabilidade legal e alcance dos danos compensáveis. Contudo, este regime pode revelar-se impraticável num ambiente operacional onde haja intensidade de combate.

---

<sup>25</sup> Nos termos do Código dos processos dos tribunais administrativos.



Dada a amplitude do fluxo logístico de uma força militar moderna, é inevitável que ocorram danos resultantes de acidentes de veículos, de colisões com os animais e nas infra-estruturas logística montadas nesse país. No caso da arrendamento de imóveis, por exemplo, pode-se garantir a resolução de litígios através da existência de cláusulas de salvaguarda e de compensações, mecanismos de avaliação de controlo, para examinar e avaliar a condição e o valor do imóvel no momento da celebração de contrato e quando ele termina. (NATO, 2008a: 136)

## **b. Equipamento**

### **(1) Material**

Todo o pessoal com funções de assessoria jurídica deve estar devidamente equipado para fornecer o adequado apoio jurídico, sendo de especial importância os sistemas de informação jurídica e de comunicações.

### **(2) Sistemas de Informação Jurídica**

O LEGAD necessita de um sistema de informação específico para poder dar resposta adequada a todos os escalões de comando. Esse sistema integra a principal informação jurídica e permite disponibilizar certos serviços em rede até nível de escalão batalhão permitindo assim a partilha adequada do produto jurídico. No entanto, para isto ser possível é necessário *software* padronizado, incluindo módulos e bases de dados que incluam todas as áreas jurídicas elencadas no capítulo anterior. No anexo A encontra-se uma lista, que apesar de não ser exaustiva deve ser considerada como ponto de partida dos instrumentos legais mínimos que o sistema deve contemplar.

O sistema de informação jurídica padrão é um conjunto de *hardware*, *software* e produtos em rede que fornecem ao especialista jurídico todos os recursos necessários para apoiar as operações. Este equipamento deve ser interoperável com o sistema de comando e controlo existente, cumprindo com os padrões dos sistemas de informação das FFAA, nomeadamente NATO WAN, WISE ou outras plataformas similares. (FM 27-100, 2000: 4.25 - 4.29)

### **(3) Sistemas de Informação**

As operações militares actuais ocorrem geralmente em ambiente difuso, muitas vezes algo caótico e letal em que a mobilidade é restrita. A assessoria jurídica é sensível ao tempo, que é muitas vezes crítico e influencia o Comando e Controlo e as operações de



apoio. O LEGAD para obter uma melhor compreensão situacional das operações deve ter acesso às redes tácticas de comando e controlo. Evitar questões jurídicas, é sempre preferível que resolvê-las, sendo o método mais eficiente de contribuir directamente para a eficácia da organização. Razões pelas quais o LEGAD deve ter comunicações directas com o Comandante, os Comandantes subordinados, os outros membros do Estado-Maior e os LEGAD de escalões superiores. (FM 27-100, 2000: 4.25 - 4.29)

### **c. Formação e Treino**

#### **(1) Exercícios**

A assessoria jurídica eficaz exige formação jurídica eficaz. Os exercícios não estão separados de, mas são essenciais para a formação do soldado, da unidade ou do Estado-Maior. Assim, os LEGAD e os Comandantes para quem trabalham devem considerar o treino e a formação como parte integrante das suas tarefas correntes.

Um princípio fundamental do treino e formação militar é *treinar como se combate*. Isto exige que se desenvolva e implemente uma abordagem de exercícios que reflecta, na medida possível, a forma como os LEGAD serão realmente utilizados nas operações.

Considerando que todas as oportunidades para aumentar a eficácia operacional devem ser usadas e atendendo ao grau permitido pelos constrangimentos operacionais, os Estados-Maiores que fazem parte da audiência de treino deverão procurar a plena integração dos LEGAD que lhe estão atribuídos. (NATO, 2008a: 171)

O planeamento de exercícios dos comandos operacionais e respectivos Estados-Maiores, no âmbito dos países da OTAN realiza-se de acordo com a Bi-SC Exercise Directive 75-3 e é geralmente dividido em quatro fases (NATO, 2008a: 172-175) (NATO, 2007c: 5-1-- 5-13):

- Fase I é referida como sendo académica;
- Fase II como sendo o processo de planeamento operacional (OPP);
- Fase III o exercício efectivo ou fase de execução,
- Fase IV é a análise do exercido e a produção de relatórios.

Os LEGAD dos Estados-Maiores ao nível operacional estão geralmente envolvidos em maior ou menor grau em todas as quatro fases do planeamento de exercícios. Além disso alguns LEGAD (normalmente o do comando estratégico), estão envolvidos no desenvolvimento do cenário, nas linhas principais da história e do correspondente evento principal ou principais eventos / listas de incidentes (MEL / MIL), antes e durante o exercício.





**Fase I:** Durante a Fase I, o *Officer Conducting the Exercise* (OCE) irá brifar detalhadamente a audiência alvo do treino sobre a base legal da operação militar no aplicável, sendo de realçar as questões jurídicas relacionadas com as operações de evacuação de não combatentes (NEO), as operações de entrada inicial, etc. É importante também que exista um amplo treino sobre os aspectos político-jurídicos das operações, tais como a importância de cumprir com os mandatos da ONU e entender a diferença de actuação em diferentes regimes jurídicos visto que, muitas vezes, essas questões têm impacto directo sobre o planeamento e execução das operações.

**Fase II:** Durante a fase II, o LEGAD deve participar como observador e formador. Nesta fase, os assessores jurídicos, ocasionalmente com o apoio externo, quando bem enquadrados com o processo de planeamento operacional e de planeamento de exercícios, bem familiarizados com as lições aprendidas, podem desempenhar um importante papel como formadores, garantindo que todas as partes do Plano de Operações (OPLAN) serão desenvolvidas com a necessária análise jurídica.

**Fase III:** Durante a fase III dos exercícios, o LEGAD que apoia o comando colabora de duas maneiras.

- Através do controlo do exercício (EXCON) devendo assistir a várias reuniões e briefings, trabalhando as questões jurídicas que surjam e estando disponível para apoiar o Estado-Maior do exercício, as células de resposta civil (IO / ONG, governos e agências governamentais) e as células envolvidas na resposta militar (EXCON)<sup>26</sup>. Acompanhando no maior grau possível os incidentes injectados e coordenando o jogo das ROE e outras questões emergentes.
- Como observador e formador para cada nível primário da audiência de treino, para determinação das questões jurídicas mais relevantes.

Em primeiro lugar, especialmente no caso de exercícios LIVEX<sup>27</sup>, o LEGAD deve ter rápida mobilidade entre a audiência de treino, o que poderá não ser possível se ela não estiver co-localizada. Em segundo lugar, se for atribuída uma audiência de treino múltipla, ele deve ser capaz de observar cada público-alvo separadamente durante os incidentes/eventos legais mais significativos e não considerar toda a audiência de treino simultaneamente. Além das funções mencionadas para as Fases I e II, o LEGAD fará ainda a ligação com o conselheiro legal do EXCON (caso sejam pessoas diferentes) para controlar os incidentes injectados baseados no desenvolvimento do exercício.

<sup>26</sup> “EXCON - control the exercise execution in order to set the conditions to allow the OCE to achieve the exercise aim and objectives established by the OSE” (NATO, 2007c: 5-2)

<sup>27</sup> “An exercise using real forces and units” (NATO, 2008b: 2-L-4)





**Fase IV:** Durante a Fase IV, a necessidade de apoio legal é mais reduzida. O LEGAD deverá preparar e consolidar o documento de trabalho das lições aprendidas e colaborar na realização dos relatórios do exercício.

## **(2) Formação e Treino da Lei dos Conflitos Armados**

Dada a complexidade e actual intensidade das operações militares multinacionais, é importante atingir o mais alto grau possível de interoperabilidade em todas as áreas, incluindo na formação da Lei dos Conflitos Armados. Nesse sentido, a OTAN criou o *Standardization Agreement* (STANAG) 2449, ratificado por Portugal, que estabelece nesta matéria um padrão mínimo de formação necessária para as forças da OTAN e fornece um esboço de um programa de treino para o pessoal militar. O NATO STANAG 2449 fornece, não só orientações para o treino das forças, mas também uma base, a nível macro, sobre a avaliação dos respectivos programas, em termos de interoperabilidade, que se reveste de grande importância no que diz respeito às ROE. (NATO, 2004)(NATO, 2008a: 176-178)

### **d. Qualidades profissionais**

Como foi anteriormente exposto neste estudo, o LEGAD trabalha muitas das vezes em ambientes de elevada tensão, com elevada complexidade, obrigando a uma grande capacidade de análise e argumentação, de forma a auxiliar na condução das operações, pelo que se pode afirmar que deverá ser um oficial de Estado-Maior experiente, onde as qualidades de aconselhamento, julgamento e respeito pela lei se devem destacar. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005:2.2)

## **(1) Qualidade do aconselhamento**

O LEGAD deve prestar aconselhamento preciso e claro. Os pareceres jurídicos devem ser pró-ativos, bem como reactivos, quando necessário, sendo as opções operacionais legitimamente exploradas tendo em consideração os constrangimentos existentes. O LEGAD deve prestar um aconselhamento firme identificando as opções potencialmente ilegais, bem como explorar a existência de quaisquer outras alternativas operacionais, sugerindo-as ao Comandante. Se fizer isso, ele será visto como um factor positivo e diferenciador e não como uma influência negativa ou um limitador das operações. Para isso acontecer, o LEGAD necessita de estar ciente do planeamento operacional em curso. Finalmente, o relacionamento do LEGAD com o Estado-Maior e com o Comandante assenta na sua capacidade de diálogo procurando quando necessário,



demonstrar que está ali para aconselhar e não para tomar decisões, pois essas são para o Comandante. O LEGAD deve ter a coragem moral para dar conselhos impopulares, justificando-os. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005: 2-2)

## **(2) Julgamento**

O LEGAD necessita de ter um julgamento jurídico correcto. Esta qualidade transcende o puro conhecimento académico e pode ser descrita como a habilidade, instintiva ou adquirida através da experiência, para identificar as principais questões legais que incidem sobre as condições prevaletentes no momento. É a sensibilidade para as questões políticas que norteiam o aconselhamento jurídico e vice-versa. É o bom senso que influencia a prática, o aconselhamento jurídico eficaz que o Comandante entende e pode facilmente utilizar. Julgamento é também a qualidade que permite ao LEGAD compensar a falta de experiência e aprender com a experiência dos outros. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005: 2-2)

## **(3) Respeito pela Lei**

O comportamento e actuação do LEGAD devem cultivar um respeito positivo pelo cumprimento da legalidade e legitimidade das operações. O aconselhamento jurídico ao Comandante é o veículo óbvio para atingir esse fim, trabalhando em estreita colaboração com o *Political Advisor* (POLAD)<sup>28</sup> e o *Staff Public Affairs Office* (SPAPO) para auxiliar e explicar o empenhamento nas operações de forma a cumprir legalmente com o mandato. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005: 2-3)

### **e. Síntese conclusiva**

O LEGAD surgiu na instituição militar por obrigação legal do Protocolo I de 1977 adicional à Convenção de Genebra, no entanto, nos dias de hoje, constitui-se como uma peça indiscutível e de extrema importância para a condução das operações.

Uma vez que, as operações militares têm implicações jurídicas em áreas tão vastas do direito, como o direito interno, direito contratual, DCA, DIP, entre outras. A existência do LEGAD, como especialista jurídico revela-se de grande importância no apoio ao comando e na sustentação da força.

Pela análise efectuada, é também possível caracterizar a maioria das tarefas

---

<sup>28</sup> “*The POLAD advises the Commander directly. He is the key diplomatic/international affairs adviser and provides information, analysis and specific advice on a wide range of political-military issues.*” (NATO, (2010) notification of a vacancy at Joint Force Command Brunssum).



realizadas pelo LEGAD, o que permite afirmar pela transversalidade das mesmas, que o apoio jurídico às operações vai do mero aconselhamento ao Comandante, até às funções de apoio de serviços.

No que se refere aos requisitos de equipamento e material que devem estar disponíveis para permitir uma rápida assessoria ao comando, é de realçar os sistemas de informação jurídica para acesso às bases de dados legais, as quais devem conter pelo menos as convenções internacionais expressas no anexo A.

Tal como em todas as áreas operacionais das FFAA, também para o LEGAD a formação e treino são imprescindíveis, pelo que há necessidade de que estes sejam realistas. O LEGAD deve integrar o Estado-Maior, contribuindo assim também para um maior realismo dos exercícios. Dessa forma, terá um grande papel na preparação e condução dos exercícios, podendo actuar, quer como audiência de treino, quer como membro das equipas de controlo e de avaliação. Importa ainda realçar a particularidade do treino da Lei dos Conflitos Armados assente no STANAG 2449 (já ratificado por Portugal), que visa harmonizar o treino na área do direito dos conflitos armados entre os membros da OTAN.

Foi também possível, identificar um conjunto de qualidades profissionais que o LEGAD deve ter, onde se realça, o conhecimento das operações de forma a permitir uma correcta capacidade de julgamento, visando contribuir de forma positiva e diferenciadora para as operações militares auxiliando o Comandante na sua condução dentro dos princípios jurídicos da legalidade e da legitimidade.

Por último, demonstrou-se ainda que as áreas jurídicas de actuação profissional do LEGAD estão bem definidas, sendo de realçar que este deve compreender os princípios básicos das operações, devendo ter um papel activo no caso dos exercícios e treino, o que permite responder afirmativamente à segunda questão derivada, validando-se assim a Hipótese

2.



### 3. O papel do *Legal Advisor* nas Operações

#### a. No planeamento

Ao efectuar-se o planeamento operacional de uma missão, a identificação clara do estado final reveste-se de vital importância, nomeadamente o estado final militar desejado, com vista a direccionar a actividade operacional nesse sentido, mas também para poder perspectivar a legalidade da operação. Embora a decisão de recorrer à força seja tomada a nível estratégico, com o parecer dos assessores jurídicos governamentais, não envolvendo geralmente o LEGAD operacional, existe uma clara correlação entre a base legal para as operações e o uso da força a nível tático. Por exemplo, quando uma Resolução do Conselho de Segurança da ONU autoriza o uso da força, esta requer uma interpretação, a fim de assegurar que a força utilizada para realizar a missão não deve exceder o autorizado. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005)

Mesmo quando a acção for tomada, sem autorização específica das Nações Unidas, as operações militares, conforme demonstrado no capítulo 1 deste estudo, devem procurar ter uma base jurídica assente no Direito Internacional. Por exemplo, as operações conduzidas com base no direito da legítima defesa podem razoavelmente justificar o uso da força necessária para atingir o objectivo, seja este de repelir o ataque, recuperar o território invadido, ou parar a violação do direito de legítima defesa de um Estado.

No processo de planeamento o LEGAD tem a responsabilidade chave de orientar o Estado-Maior em que está integrado sobre os princípios da necessidade e proporcionalidade do uso da força e sobre os meios e métodos de guerra a adoptar para atingir o fim declarado pelo Estado. Isso só pode ser feito com a efectiva compreensão da base legal das operações. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005)

O trabalho do LEGAD começa na fase inicial do planeamento operacional, com o desenvolvimento do Conceito de Operações (CONOPS). Uma vez que o CONOPS servirá de base para a elaboração do OPLAN, é essencial que o Comandante faça uma oportuna e abrangente análise legal. Esta premissa, origina que as seguintes considerações sejam abordadas desde cedo no planeamento da operação (NATO, 2008a: 278-281):

- Qual é o mandato ou missão autorizada pelas Nações Unidas, Conselho do Atlântico Norte, ou outra entidade? É o CONOPS consistente com esse mandato?
- Qual é o enquadramento jurídico dentro do qual a operação pode decorrer?



- Existe uma Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas?
- Qual é a natureza do conflito - é um conflito armado internacional, um conflito armado não-internacional, uma missão de paz ou outra missão como por exemplo uma NEO?
- Existe um SOFA? Existe a necessidade de coordenação ou de autorização da Nação Hospedeira onde a operação irá ser conduzida?
- Qual é o arranjo de Comando e controlo que está sendo conceptualizado?
- Será que o CONOPS prevê o uso da força? Deve haver pelo menos uma descrição do tipo de uso da força, sendo contemplados diferentes regimes - será "robusta", "constrangida", "limitada à legítima defesa" ou alguma outra descrição que irá ajudar o *Operational Planning Group* (OPG) e o escalão superior a compreender a intenção do Comandante?

## **b. As Regras de Empenhamento**

As operações militares regem-se de acordo com o *jus in bello*, sendo necessário a criação de critérios de emprego do uso da força pelas unidades militares, que se materializam pelas *Rules Of Engagement* (ROE).

O objectivo das ROE é permitir ao poder político, às autoridades civis e militares o controlo do uso da força a todos os escalões de comando, dependendo das limitações impostas pelo poder político e constrangimentos legais nacionais e internacionais. Ao determinar as condições para o uso da força, elas permitem aos Comandantes o controlo efectivo do uso da força em qualquer espectro de operações, possibilitando assim assegurar o nível de hostilidade desejado. A filosofia destas regras em conjunção com o *Police Politic Indicator* (PPI) é controlar o escalar da violência contra o adversário. (NATO, 2003:7)

As ROE fixam parâmetros nos quais o Comandante deve operar para atingir a missão que lhe foi atribuída, decorrente das leis nacionais, internacionais ou do mandato. O seu campo de utilização é vasto, variando desde a articulação da acção militar com as directivas políticas até a razões de ética, ou mesmo de optimização do emprego dos meios e gestão dos factores tempo, lugar e missão. (NATO, 2003: 3)

Situações extremas, onde a fronteira da legitimidade e da legalidade do uso da força armada é débil, devem ser evitadas. O uso de força de forma inadequada e despropositada terá consequências nefastas a todos os níveis, principalmente no quadro da legitimidade e consentimento.



Actualmente, políticos e militares estão cada vez mais atentos às implicações e consequências, do uso da força militar, respeitando ou tentando respeitar o DCA. Apesar deste último permitir o uso da força, as restrições impostas pelo poder político e pelas ROE da operação, jamais permitiriam mais «violência» do que a permitida pelo DCA. A condução das operações militares está, assim, circunscrita pela aplicação do DCA, incorporado em todos os momentos na geração, desenvolvimento e aplicação das ROE. (CARREIRA, 2004: 12)

Assim as ROE não sendo convenções ou leis, constituem-se como os melhores enquadrantes do recurso ao uso da força ao abrigo das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O principal é que as informações contidas nas ROE sejam claras, sucintas e directamente relacionadas com a missão em curso.

### c. Lista de Questões Legais de Acordo com os Anexos do OPLAN

Quando uma operação militar está a ser planeada, utiliza-se o anexo legal do plano operacional OPLAN<sup>29</sup>, para sintetizar e difundir para todos os intervenientes nas operações, as questões legais levantadas pelo LEGAD. O OPLAN deve conter a seguinte informação não sendo esta lista exaustiva, mas sim ilustrativa e não exclusiva:

**Mandato da missão:** em que conste uma breve articulação do quadro político, diplomático e legal que alicerça a missão.

**Direito Internacional e Lei dos Conflitos Armados:** uma breve articulação acerca da aplicabilidade do DI na missão. Dependendo das características e natureza da missão, deve ser incluída uma breve análise de certas disposições do DIH, de outras obrigações e da aplicabilidade da Lei dos Conflitos Armados.

**Aplicabilidade da legislação nacional:** uma explicação das relações entre a missão e a legislação nacional das nações que contribuem com forças. Onde as nações expressarão os seus *caveates*<sup>30</sup> no que se refere ao emprego da força. Esses *caveates* devem ser sumarizados e o seu impacto na missão identificado. As forças das nações participantes devem cumprir com o seu próprio direito nacional e não estão obrigadas a executar qualquer missão ou tarefa que possa constituir uma violação do seu direito interno. As

---

<sup>29</sup> Adaptado de (NATO, 2008a).

<sup>30</sup> “In NATO operations, any limitation, restriction or constraint by a nation on its military forces or civilian elements under NATO command and control or otherwise available to NATO, that does not permit NATO commanders to deploy and employ these assets fully in line with the approved operation plan. (NATO, 2008b: 2-C-2)



nações, podem de alguma forma, emitir instruções ampliativas para se assegurarem o seu cumprimento.

**Legítima defesa:** uma explicação da relação entre as ROE e a legítima defesa para a missão. As unidades e o pessoal militar têm o direito inerente de se defenderem contra um ataque ou um ataque iminente e o catálogo de ROE para a missão não pode limitar esse direito. Porque a legislação nacional difere entre os Estados, não será sempre consistente entre as forças combinadas quanto ao local onde o direito de uso da força em legítima defesa termina e começa o uso da força autorizado pelas ROE da missão. Isto deve ser discutido e elencado durante a fase de planeamento. Nos casos de inconsistência, a missão da ROE não deve ser interpretada como limitativa do direito da legítima defesa.

**Legítima defesa estendida:** se autorizado pelas autoridades nacionais, (no caso da OTAN, pode ser permitido pela *lead-nation*), o emprego do uso da força necessária e proporcional para defender um aliado de um ataque ou ataque eminente. As ROE também podem ser usadas para definir o significado de “força” aplicável a civis operando como membros integrantes da força de uma nação contribuinte.

**Protecção de pessoas e propriedade com estatuto especial:** explicar a política da missão para protecção dos membros e propriedade de organizações internacionais, regionais ou locais.

**Obrigações da força e da *Lead-nation*:** as ROE podem ser usadas para fornecer instruções ou orientações específicas sobre como os princípios da Lei dos Conflitos Armados que devem ser aplicados no âmbito da operação específica. A este respeito, orientações ampliativas e específicas da missão podem ser fornecidas sobre determinadas questões, como por exemplo: o que constitui a necessidade militar de determinadas acções, o direito de interrogar ou avisar, o dever de observar o fogo ou a identificação de alvos para a realização de fogo, evitar danos colaterais, a obrigação de comunicar determinados incidentes que possam constituir violação das ROE ou da Lei dos Conflitos Armados, e o dever de reportar as incompatibilidades das ROE.

**Definições chave:** As ROE devem repetir e, se necessário, ampliar as principais definições aprovadas no MC 362/1 e no AAP 6, que se aplicam à missão. Além disso, há muitas vezes situações em que não existe nenhuma definição de um termo ou as definições existentes são inadequadas, as ROE podem ser usadas para sinalizar esses termos, criando-se uma definição de trabalho que corresponda às circunstâncias que envolvem a missão e assegure que todas as forças estão operando com a mesma definição.





**Apêndices:** Há uma série de apêndices ao OPLAN, que normalmente aparecem nos anexos das ROE ou no do uso da força.

**Apêndice 1** - acto hostil / Intenções Hostis. Esta secção analisa na missão os indícios de que possam ser considerados como constituindo um acto hostil ou intenção hostil, que justifiquem o uso da força em legítima defesa.

**Apêndice 2** - Cumprimento da missão das ROE. Explica a finalidade da missão das ROE e para quem e quando elas seriam aplicáveis, promulgadas, actualizadas ou alteradas.

**Apêndice 3** - Orientação sobre o uso das ROE em operações terrestres. Critérios específicos para as forças terrestres, incluindo orientações sobre busca e apreensão, controlo de multidões e motins, prevenção de crimes graves, detenção, etc.

**Apêndice 4** - Orientação sobre o uso das ROE em Operações Aéreas. Critérios de emprego das armas, a interdição aérea, de intervenção e os procedimentos de interceptação, a aplicação da restrição de espaço aéreo militar, etc.

**Anexo 5** - Orientação sobre o uso das ROE em operações marítimas. Orientação sobre operações de interdição marítima<sup>31</sup>, diversão e apreensão da carga, abordagem, uso de tiros de advertência, fogo incapacitante e não incapacitante, etc.

**Anexo 6** - ROE de publicação aberta. Porque as ROE podem conter informações confidenciais, cuja divulgação poderia ser prejudicial para a missão, este apêndice deve indicar qual a informação que pode ser libertada como informação pública.

#### **d. Na execução e condução**

As questões e os problemas legais, não surgem unicamente durante a fase de planeamento mas também durante a condução das operações, pelo que o LEGAD tem uma intervenção activa no desenrolar das operações militares. Por exemplo, se o uso da força cruzar o limiar de um conflito armado põe em jogo o corpo da Lei dos Conflitos Armados. Um armistício, um cessar-fogo, uma capitulação ou rendição podem suspender as hostilidades, mas cada um fá-lo de uma maneira diferente, com diferentes imposições legais para o Estado. Isto mostra que os termos dos acordos devem ser claros, precisos, de preferência por escrito, celebrados pela autoridade competente e seguidos escrupulosamente em virtude das suas implicações para o Estado. O que permite concluir que o papel do LEGAD é crucial.

O LEGAD durante a execução deverá privilegiar o aconselhamento ao Comandante

---

<sup>31</sup> “An operation conducted to enforce prohibition on the maritime movement of specified persons or material within a defined geographic area” (NATO, 2008b: 2-M-2)





estando preparado para as questões das ROE, compensações, tratamento de civis e prisioneiros de guerra, processo de *targeting* e eventualmente na área CIMIC. Devendo procurar a sua integração efectiva no Estado-Maior. Uma tarefa também importante é a gestão de processos jurídicos relacionados com eventuais violações da Lei dos Conflitos Armados em coordenação com a Nação Hospedeira.

Por fim na fase de retracção o LEGAD deve procurar resolver as questões relacionadas com a retracção da força, pedidos de compensações e apoio à Nação Hospedeira.

#### **e. Targeting**

As operações de *targeting* estão directamente relacionadas com a Lei dos Conflitos Armados, sendo necessário que sejam submetidas a um cuidadoso exame para assegurar que alcançarão os objectivos propostos na campanha, usando a força necessária e proporcional, e sobretudo, que respeitam os rigorosos requisitos do Direito Internacional durante a condução das operações. O LEGAD deve ter um profundo conhecimento das regras jurídicas que regem as acções cinéticas e não cinéticas e utiliza-las para apoiar o processo de selecção de alvos. Por exemplo, as restrições associadas a questões culturais, locais históricos e religiosos e instalações sanitárias. Além disso, existem regras que protegem os bens indispensáveis à sobrevivência da população, como alimentos, áreas agrícolas e de água potável, e na maioria dos casos, uma proibição sobre os ataques que possam causar danos generalizados, duradouros e graves no meio ambiente. Quando se está na presença de conflito armado, no que se refere ao empenhamento de armas deve-se aplicar as disposições do Protocolo Adicional de 1977 a uma das Convenções de Genebra de 1949. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005: 2.11)

#### **f. Responsabilidade**

Não só os Comandantes, mas também os membros das FFAA individualmente são responsáveis pelas suas acções nas operações. Durante um conflito armado, o LEGAD tem um papel vital na condução das operações sobre o uso legítimo da força e da sua adequação ao Direito Internacional. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005: 2.10)

#### **g. Questões práticas jurídicas**

Como todas as operações são diferentes, as questões jurídicas decorrentes de cada operação também são diferentes. No entanto, ao efectuar-se uma análise aos conflitos



armados anteriores, verifica-se que o LEGAD enfrenta algumas questões recorrentes complexas, por exemplo, as relacionadas com o tratamento e manipulação de detidos ou prisioneiros de guerra, investigação de crimes disciplinares, administrativos e inquéritos de crimes de guerra, operações informacionais, o método preferido de neutralização de alvos que possam trazer um elevado potencial de danos colaterais. Nas missões de apoio à paz (PSO)<sup>32</sup> o LEGAD enfrentará um conjunto diferente de questões, com ênfase na lei e na ordem, na elaboração ou interpretação de leis e acordos, ou nos direitos legais e obrigações dos visitantes ou das forças de ocupação. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005: 2.15)

#### **h. Síntese conclusiva**

Na fase de planeamento o LEGAD, integrando o Estado-Maior, desenvolve o CONOPS procurando identificar as questões jurídicas relacionadas com a base legal das operações. Com a materialização do OPLAN, procurará responder às questões elencadas no anexo legal, como as características da missão, o enquadramento do DIP, procurando desde logo transmitir a intenção política do Comandante no que se refere a questões, como os limites da legítima defesa, as regras de empenhamento e as indicações políticas para o uso da força, caracterização de acto hostil, intenção hostil, tratamento de detidos e prisioneiros de guerra e compensações.

Durante o processo de planeamento operacional o LEGAD deve assegurar-se que compreende as contingências, o conceito da operação e a aplicabilidade do DIP, a legislação nacional, que possam afectar as operações, procurando a sua aplicabilidade em benefício das operações e das forças envolvidas.

Na execução das operações militares, o LEGAD deve aconselhar o Comandante no que se refere ao processo de tomada da decisão, detidos, prisioneiros de guerra, *targeting*, responsabilização de acções tomadas por parte dos militares envolvidos nas operações, libertação para o escalão inferior e requisição de ROE, cumprimento da legislação nacional e questões práticas jurídicas.

Desta forma podemos concluir que o LEGAD procura instruir o Comandante e a força, da aplicabilidade das leis e tratados, participando na operação desde a fase inicial do processo de planeamento operacional, integrando o Estado-Maior, o que responde à terceira questão derivada, confirmando-se a Hipótese 3.

---

<sup>32</sup> “An operation that impartially makes use of diplomatic, civil and military means, normally in pursuit of United Nations Charter purposes and principles, to restore or maintain peace. Such operations may include conflict prevention, peacemaking, peace enforcement, peacekeeping, peacebuilding and/or humanitarian operations”. (NATO, 2008b: 2-P-3)



## 5. Ligações profissionais

As funções dos LEGAD variam de acordo com a cadeia de comando a que pertencem, sendo as realidades completamente distintas, caso se esteja a considerar a realidade nacional, OTAN, UE, ou ainda no apoio às ONG, pelo que se abordará cada um dos casos isoladamente.

### a. Nacional

No que se refere a Portugal podemos afirmar que a OTAN foi a grande impulsionadora para o despertar da consciência da importância do LEGAD nas operações. Importa agora analisar a situação nos seis comandos operacionais nacionais existentes: Comando Naval, Comando das Forças Terrestres, Comando Aéreo, o Comando Operacional Conjunto no EMGFA, e os Comandos Operacionais dos Açores e da Madeira.

Conforme referiu o Cte Neves Correia em entrevista realizada, a Marinha criou recentemente o Departamento Jurídico Operacional Internacional (DJOI), que presta assessoria e apoio jurídico directo ao Comando Naval, actuando como LEGAD, no âmbito das actividades das operações correntes, em toda a panóplia das áreas do direito, mas com substancial importância no Direito do Mar, Direito dos Conflitos Armados ou ainda no OPLAW. Outra área de extrema importância à qual o DJOI presta apoio ao Comando Naval, é no âmbito dos exercícios navais, através da redacção dos anexos legais das ordens de operações, apoio na realização, desenvolvimento, do catálogo de ROE e apoio na realização da lista de alvos. O DJOI é também responsável pelo treino da Lei dos Conflitos Armados, nos termos do STANAG 2449.

O Comando das Forças Terrestres, à semelhança do Comando Naval também não tem um LEGAD operacional residente. Para o efeito, solicita o LEGAD de uma das diversas brigadas do Exército, para prestar apoio jurídico na área do OPLAW, para as restantes tarefas jurídicas possui um conselheiro jurídico. Presentemente no Exército encontra-se em desenvolvimento um programa de formação em DIH / Lei dos Conflitos Armados a todos os militares que integrem as Forças Nacionais Destacadas de forma a cumprir-se com o STANAG 2449. Por outro lado encontra-se em desenvolvimento uma parceria com a Universidade de Coimbra para a criação de uma pós graduação em DIH



destinada a juristas para, dessa forma, poder-se futuramente complementar na área do DIH, a formação em direito dos licenciados existentes no Exército.

No caso da Força Aérea, existe um LEGAD, que se encontra colocado no Comando Aéreo, prestando apoio na área do OPLAW e do Direito do Ar.

Por último importa referir o caso do EMGFA, com os Comandos Operacional Conjunto e Operacionais dos Açores e da Madeira os quais, por norma não têm forças atribuídas e também não têm, à data, a figura do LEGAD na sua estrutura orgânica. No entanto, quando realizam os seus exercícios anuais das series LUSIADA, AÇOR e ZARCO respectivamente, solicitam apoio aos Ramos para colmatar esta lacuna.

## b. OTAN

Na actualidade a estrutura orgânica de todos os comandos OTAN prevê a existência do LEGAD desde o nível estratégico até ao nível tático passando pelo operacional.



Figura 1: Estrutura Orgânica do *Special Staff*

Com a última transformação orgânica foram criados os *Special Staff*<sup>33</sup> na directa dependência do *Chief of Staff* (COS), os quais devem interagir com os demais elementos constituintes, bem como com as agências externas de forma a manter a avaliação da situação e poder aconselhar adequadamente o Comandante, sendo parte integrante do ciclo de avaliação e tomada de decisão. (NATO, 2008c: 3)

O LEGAD pode ficar localizado no quartel do *Joint Force Command* ou ser destacado com o *Joint Force Command Forward Element*. (Maderay, 2009). A sua principal função será apoiar e prestar aconselhamento directo ao Comandante, prestar assistência e negociar em todas as matérias que tenham implicações legais tendo em atenção a legislação nacional e internacional e demais regulamentos que possam afectar a missão. Os membros do *Special Staff* são responsáveis por disponibilizar aconselhamento aos *working groups* dentro do ritmo da batalha, pelo que deverão ajustar as suas tarefas de modo a assegurar que elas são compatíveis como o ritmo de batalha de forma a

<sup>33</sup> O *Special Staff* é constituído pelo *Legal Advisor*, *Medical Advisor*, *Strategic Communications Advisor*, *Public Affairs Advisor*, *Financial Controller* e o *Command Sergeant Major*. (NATO, 2008c)



disponibilizar o aconselhamento e a informação mais actual ao Comandante e ao Estado-Maior.

Em termos de tarefas a realizar pelo LEGAD, conforme se pode ver no Anexo C, elas abrangem todas as áreas do direito abordadas no capítulo 3 deste estudo, com especial ênfase para o Direito dos Conflitos Armados, Direito Internacional Humanitário, acordo do Estatuto das Força e outros acordos, ROE, Direito do Mar, Lei de ar, Direito dos Contratos, Compensações, aplicação dos regulamentos da OTAN, Direito Aduaneiro e Fiscal.

### **c. Organização das Nações Unidas**

As missões de paz da ONU constituídas por forças militares multinacionais são instituídas pela Organização das Nações Unidas com a aprovação e objectivos designados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para actuar em zonas de conflito armado.

A partir do seu estabelecimento, por decisão estratégica do Conselho de Segurança da ONU, a Missão será operacionalizada por um representante do Secretário-geral e a nível tático pelas componentes militar, policial e civil. (United Nations Mission in Liberia, 2008)

Através da informação disponível na internet, nos *sites* da ONU, ou ainda dos próprios sites específicos das missões, como o caso da missão em Timor-leste ou da missão na Libéria, é notória a importância do papel e das funções do LEGAD ao nível destas operações pelo que podemos elencar as seguintes tarefas por si realizadas (United Nations Mission in Liberia, 2008):

- Prestar consultoria jurídica ao Representante Especial do Secretário-Geral da ONU (RESG) nomeado para a missão, ao Comandante da Força, à estrutura das forças de segurança locais, ao Chefe de Gabinete, ao Director de Administração e / ou outros funcionários, a assistência jurídica às agências da ONU e ao pessoal das Nações Unidas quando apropriado, numa ampla gama de diversidade e complexidade jurídica internacional, contratual e administrativa.
- Aconselhar em questões relativas à administração, recursos humanos, gestão de contratos, seguros, impostos, interpretação e aplicação das resoluções do Conselho de Segurança, resoluções da Assembleia Geral e às leis do país de acolhimento;
- A aplicação do Estatuto das Força, do mandato de funcionamento da força, da aplicabilidade e limites dos privilégios e da imunidade da Missão e do seu pessoal, incluindo a comunicação com as autoridades do país de acolhimento e preparação de toda a correspondência relevante;



- A realização, a interpretação, o projecto ou a revisão - de contratos, acordos, memorandos de entendimento, cartas de entendimento, cartas de intenção e outros instrumentos com relevância jurídica celebrados em nome da missão com as agências das Nações Unidas, agências governamentais, ONG, pessoas físicas e / ou entidades com carácter jurídico;
- Auxiliar na resolução de questões suscitadas no decurso das reuniões dos diversos conselhos permanentes, painéis e comités em que o Assessor Jurídico é representado, incluindo Câmaras de Inquérito, comissões de Averiguações, comissões locais de contratos, comissão local de revisão de compensações, comissão de pesquisa local de propriedade etc (United Nations Mission in Liberia, 2008)

Questões de pessoal associadas:

- Realizar pesquisas, análises jurídicas e elaborar pareceres, relatórios e correspondência;
- Rever os Procedimentos Operacionais Padrão, códigos de conduta, políticas existentes ou em projecto e iniciar alterações ou elaboração dos mesmos, caso necessário;
- Assistir individualmente os membros do Estado-Maior ou outros funcionários da ONU em matéria de natureza privada que possa dar origem a investigações internas ou penais, prisões, detenções, ou embaraço para a Missão. (United Nations Mission in Liberia, 2008)

Coordenação de Serviços Jurídicos:

- Coordenar e assegurar a prestação de serviços de consultoria jurídica em todos os escritórios da missão;
- Trabalhar em estreita colaboração com o Conselho Jurídico e com a Divisão de Sistema de Apoio Judiciário, em especial na recolha e divulgação de informações a toda a missão no que se refere às leis nacionais, instrumentos jurídicos internacionais e ou cooperação em casos mais sensíveis;
- Quaisquer outras funções consideradas apropriadas. (United Nations Mission in Liberia, 2008)

**d. União Europeia**

Conforme abordado anteriormente, o Protocolo Adicional I da Convenção de Genebra, no seu artº. 82º, explicita que os assessores jurídicos devem estar disponíveis para



os Comandantes militares a todos os níveis. Como todos os estados-membros aderiram ao protocolo, o mesmo aplica-se a toda a União Europeia. No entanto, o papel e as tarefas variam de Estado para Estado, tendo alguns Estados optado por advogados civis, enquanto noutros as funções são exercidas por pessoal militar, ou ainda uma mistura dos dois. (HEGELSOM, 2009)

As competências dos LEGAD variam, tendo diferentes papéis. Alguns dedicam-se exclusivamente ao DIP, enquanto noutros casos abarcam as mais variadas áreas do direito, abrangendo a disciplina justiça militar, direito civil (contratos), direito administrativo e Direito Internacional Público, incluindo Direito Internacional Humanitário e Direito dos Conflitos Armados.

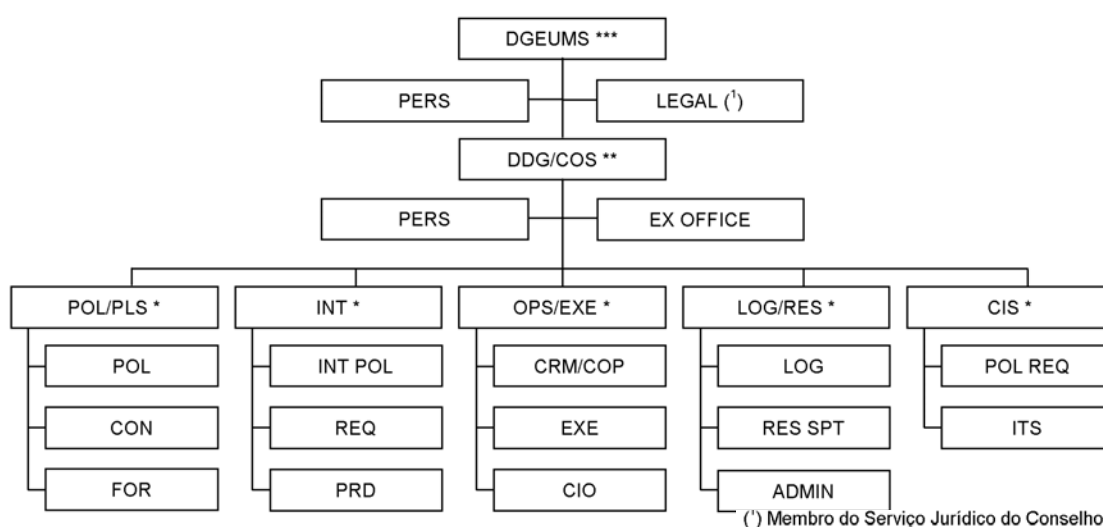


Figura 2: Esboço do organograma do EMUE

O Estado-Maior da União Europeia (EMUE) tem acesso directo aos advogados do Serviço Jurídico do Conselho (SJC) que são os seus LEGAD, os quais contribuem para a edificação da capacidade de gestão de crises da UE. Os seus contributos são exercidos a dois níveis, no desenvolvimento doutrinário, concepção de documentos operacionais nível Estado-Maior e na participação em grupos de trabalho relevantes na representação do SJC. (HEGELSOM, 2009)

Na prática, o envolvimento do LEGAD com o Director-geral da EMUE é diário em operações e exercícios. O LEGAD dá assistência no desenvolvimento de todos os documentos de planeamento. Avalia ainda todas as condicionantes legais, sobre as quais as operações terão lugar, nomeadamente, a existência do mandato da ONU e suas implicações, qual a atitude da Nação Hospedeira, qual o regime jurídico aplicável, qual a política do uso da força (anexo E do OPLAN e ROE), quais as relações com as Nações





Hospedeiras nas operações (anexo AA do OPLAN, SOFA) bem como outros aspectos legais. O SJC auxilia a política dos departamentos nas negociações com terceiros a respeito dos necessários acordos, uma vez que estes serão firmados com base o artº. 24º do Tratado da União Europeia. (HEGELSOM, 2009)

Pela análise efectuada, pode-se concluir que a União Europeia através da decisão do Conselho, de 22 de Janeiro de 2001, que cria o Estado-Maior da União Europeia, procurou rentabilizar as estruturas e serviços existentes, não criando novos organismos ou gabinetes com vista a prestar assessoria jurídica ao EMUE. A solução encontrada permitiu fazer duplo uso dos juristas existentes, atribuindo funções quer ao nível político-estratégico quer ao nível operacional.

#### **e. Organizações Não Governamentais**

O LEGAD ao ser especializado em Direito Internacional Humanitário (DIH) é a pessoa indicada para compreender os interesses humanitários e os objectivos das organizações não-governamentais (ONG) e se for implantado, cooperar como Conselheiro Humanitário (HUMAD) do Comandante, sobre questões humanitárias. Apesar de não ser uma ONG, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um actor importante na área em muitas operações, que variam das operações de apoio à paz até ao conflito armado, existindo normalmente uma boa relação de trabalho entre os LEGAD da CICV e os da força militar, pelo que este deve ser um dos principais pontos de contacto entre ambas as organizações. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005)

#### **f. Caso de estudo**

O Reino Unido, tem desenvolvido a sua própria doutrina militar nacional em diversas áreas, razão pela qual se considera importante como caso de estudo para este trabalho, analisar a temática do *Legal Advisor*.

Como se verifica pela observação da figura seguinte, a sua estrutura orgânica prevê a existência do LEGAD desde o nível político até ao nível da componente.

Ao nível estratégico, o Director-Geral de Serviços Jurídicos do Ministério da Defesa<sup>34</sup>, é a principal fonte de aconselhamento jurídico em assuntos de Defesa para o Ministério e outros departamentos estatais. As áreas que estes serviços abrangem incluem o direito comercial, legislação, direito do trabalho, lei geral e o mais importante, Direito

---

<sup>34</sup> DGLS - Director General Legal Services.  
FCO - Foreign and Commonwealth Office.  
DFID - Department for International Development.





Operacional e Direito Internacional Humanitário. Nesta última área, a Direcção-Geral presta assessoria estratégica ao governo, bem como aconselhamento jurídico operacional ao Quartel-General Conjunto Permanente<sup>35</sup> (Joint Doctrine Concepts Center, 2005)

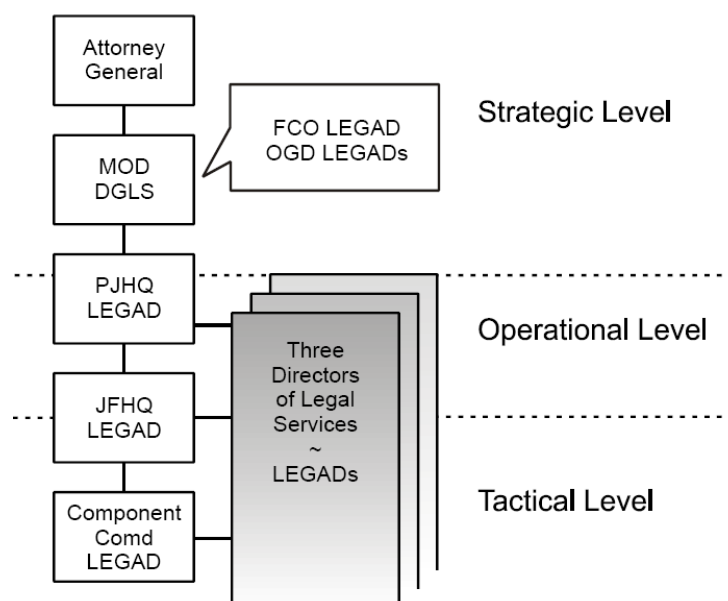


Figura 3: Diagrama dos *Legal Advisers*

Ao nível do Quartel-General Conjunto Permanente, existe uma célula de juristas, que será destacada para o Quartel-General da Força<sup>35</sup>, no caso do emprego de forças em operações.

Todos os três ramos das FFAA têm gabinetes jurídicos, que prestam assessoria aos comandantes de nível operacional e tático. A disponibilidade de juristas devidamente treinados para prestarem apoio às operações é da responsabilidade de cada um dos ramos.

As unidades de escalão brigada quando destacadas para uma operação específica, serão automaticamente constituídas com um jurista, para integrar o Estado-Maior da força.

Em relação à formação e treino da Lei dos Conflitos Armados, apesar da formação base ser da responsabilidade dos ramos, o LEGAD ao nível operacional, deve efectuar algum refrescamento na fase preparatória da operação. Para esse efeito existe um *syllabus* definido na doutrina de referência. (Joint Doctrine Concepts Center, 2005)

#### g. Síntese conclusiva

Ao analisarmos o caso português, verifica-se que existe ainda um grande caminho a percorrer quando comparado com a União Europeia ou com a OTAN. Portugal ainda não tem (com excepção da Marinha) nas suas estruturas militares as funções do LEGAD

<sup>35</sup> JFHQ - Joint Force Headquarters.



perfeitamente definidas. No entanto, consubstanciado nas entrevistas realizadas, existe nas organizações militares nacionais a real noção da importância do LEGAD.

Outro factor que importa realçar é a inexistência de um *job description* nos casos nacionais contrapondo com a OTAN e a UE, factor que não permite efectuar uma real comparação entre as várias organizações.

No que se refere à ONU, apesar de conduzir há muitos anos missões de apoio à paz, não tem uma estrutura *standard*, sendo esta, sempre edificada caso a caso, com base nos objectivos descritos na Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a missão, o que dificulta a análise e a comparação entre os casos da OTAN e União Europeia. No entanto, ainda é possível encontrar alguns pontos de contacto entre os quatro casos analisados, nomeadamente, o aconselhamento ao Comandante, a política do uso da força, a Lei dos Conflitos Armados, o DIP, a aplicação do Estatuto das Força e do Memorando de Entendimento, ou de outros acordos com a Nação Hospedeira.

Na UE, o SJC desempenha em simultâneo um papel ao nível estratégico e operacional, actuando como LEGAD, envolvendo-se diariamente na execução e condução dos exercícios ou operações. No caso das ONG o LEGAD tem tido uma crescente interacção, sendo o elo privilegiado de ligação com estas organizações.

O caso de estudo apresentado, permitiu verificar que o Reino Unido já tem bem definido através de doutrina própria, as funções, tarefas e responsabilidades do LEGAD. Neste país verifica-se que os Estados-Maiores têm um LEGAD na sua constituição até força de escalão brigada. Sendo a formação da responsabilidade das componentes, contudo algum treino, com vista a efectuar um refrescamento poderá ser dado ao nível conjunto. Importa ainda referir, que os ramos prestam acessória jurídica quer ao nível tático quer operacional.

Desta forma, respondemos à quarta questão derivada, conclui-se que o LEGAD actua sob os mesmos princípios profissionais, no entanto torna-se necessário adaptar a sua actuação às características da organização funcional em que está inserido. O que valida a Hipótese 4.



## Conclusões

Este Estudo assumiu-se, desde o início, como um verdadeiro desafio no que se referia à melhor forma de abordar esta temática, extremamente cativante mas para a qual não há, em termos nacionais, muita informação disponível para melhor auxiliar a investigação. No actual contexto internacional, de incerteza em que as operações são realizadas muitas vezes com base numa ténue legalidade e legitimidade o LEGAD constitui-se como um pilar fundamental para a consolidação dos princípios do direito nas operações, impondo-se a sua actuação muito para além da simples necessidade do cumprimento legal da obrigação emanada pelo protocolo adicional da Convenção de Genebra.

Para uma resposta fundamentada à questão principal: “ *Qual actuação do LEGAD no planeamento, desenvolvimento e condução das operações ao nível operacional?*” criou-se um modelo de análise e recorreremos a uma recolha de informação variada de forma a validar ou refutar as hipóteses formuladas e que foram originadas a partir das quatro questões derivadas.

No primeiro capítulo pretendeu-se assinalar a dimensão jurídica das operações identificando as premissas associadas ao emprego do uso da força, procurando sinteticamente expor a temática do Direito Internacional Publico o qual é a base das relações inter-estatais. Analisou-se seguidamente o Direito da Guerra, o Direito Internacional Humanitário, caracterizando por fim a legítima defesa e o emprego da força ao abrigo de uma resolução das Nações Unidas, situações que configuram as duas excepções possíveis para o uso da força ao abrigo da Carta da ONU.

No segundo capítulo, procurou identificar-se as principais tarefas executadas pelo LEGAD elencando-as pelos diversos ramos do direito. Contudo, para que todas essas tarefas possam ser realizadas, para além da simples formação académica de base é necessário treino e formação específica. Este treino é obtido através da realização de exercícios em que o LEGAD seja envolvido como audiência de treino ou como membro do controlo do exercício. A OTAN desenvolveu o STANAG 2449 para procurar estabelecer um padrão de formação das forças dos estados-membros ao nível da Lei dos Conflitos Armados.

No planeamento e condução das operações a actuação do LEGAD visa



principalmente responder às questões jurídicas de forma a definir qual o mandato ou a missão autorizada, qual o enquadramento jurídico em que a operação decorre, qual a aplicabilidade da legislação nacional entre outras. Todas estas questões legais levantadas serão posteriormente disseminadas pela força através dos anexos legais do OPLAN. Na condução das operações surgem principalmente questões relacionadas com as ROE, processo de selecção de alvos, compensações ou ainda CIMIC.

Por fim, no último capítulo efectuou-se a comparação entre o estado da arte, no que se refere ao enquadramento funcional do LEGAD nos comandos operacionais nacionais, da OTAN, da UE, ONU e no apoio às ONG. Pode-se sumariamente referir que Portugal ainda não tem *Legal Advisor* residente em todos os seus comandos de nível operacional, estando a ser desenvolvidos esforços para que esse apoio seja efectivo a breve prazo.

No caso da ONU, as funções são adaptadas especificamente para a missão. Na OTAN, os três comandos operacionais possuem gabinete LEGAD com cerca de 2 a 12 elementos cada, estando as suas tarefas perfeitamente detalhas nos respectivos *job descriptions*.

Com a análise do caso de estudo, foi possível verificar que o Reino Unido detém a figura do LEGAD desde o nível estratégico até a força de escalão brigada. Ao nível das funções e tarefas estas estão perfeitamente caracterizadas

Desta forma respondeu-se às QD confirmando as hipóteses formuladas. Na sequência das respostas às QD, anteriormente apresentadas, julgamos estar agora em condições de responder à nossa QC. Parece evidente que o LEGAD desenvolve a sua acção permanentemente no seio do Estado-Maior onde se enquadra directamente sob as ordens do Comandante, tornando-se um factor diferenciador das operações, procurando o cumprimento da mais diversa legislação nacional e internacional, desde a primeira fase do processo de planeamento operacional.

## **Propostas e recomendações**

### Ao Estado Maior General das Forças Armadas

Como foi demonstrado, as temáticas e problemas com que o LEGAD se debate são comuns aos três ramos das FFAA. Nesse sentido fará todo o sentido que o EMGFA defina as funções e tarefas que pretende que sejam tratadas pelos LEGAD em Portugal. Como proposta desenvolveu-se o Anexo B que procura sistematizar as tarefas e responsabilidades do LEGAD. Este anexo ser a base da definição funcional do cargo de LEGAD do



EMGFA.

Será ainda importante, desenvolver doutrina nacional, para melhor definir a actuação do jurista operacional nas operações. Simultaneamente, já existe diversa informação dispersa que trata de questões legais operacionais. Nesse sentido sugere-se a criação de uma publicação que congregue toda a doutrina nacional relacionada com questões de Direito Operacional.

Por último sugere-se a colocação na rede WISE do EMGFA, das convenções elencadas no Anexo A, que servirão como suporte legal essencial às operações.

#### Ao Instituto de Estudos Superiores Militares

De forma colmatar a escassez de formação na área do Direito Internacional Humanitário e OPLAW, sugere-se que o IESM em colaboração com o EMGFA e os ramos defina um syllabus de uma pós-graduação, de forma a ministrar formação aos juristas das FFAA, para futuramente se constituírem como LEGAD.

No âmbito da formação, também será importante desenvolver no Instituto um pequeno curso, com forte componente prática, consubstanciado em casos reais, para Comandantes e oficiais de Estado-Maior até escalão batalhão, na área do Direito dos Conflitos Armados, ROE, estatutos das forças. Este curso terá como finalidade desenvolver um conjunto de questões práticas desta área.

Por último, considerando que o *Political Advisor* (POLAD) articula e colabora com LEGAD no apoio à decisão do Comandante, recomenda-se a elaboração de um Trabalho Individual de Investigação, no IESM, complementar a este, subordinado ao tema “*As funções do Political Advisor, na preparação, desenvolvimento e condução das operações em ambiente operacional*”.



## Referências Bibliográficas

### (a) Monografias

- BUERGENTHAL, T., PIOVESAN, F.** (1996). *Direitos humanos e o direito constitucional*. São Paulo: Max Limonad.
- CAETANO, Marcelo.** (2009). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional - Tomo I*. Lisboa: Almedina.
- CICV** (2009). *Violência e uso da força*. Geneve: CICV.
- ESCARAMEIA, Paula.** (1994). *Colectânea de leis de Direito Internacional*. Lisboa: ISCSP
- MIRANDA, Jorge.** (2006). *Curso de Direito Internacional Publico*. Lisboa: Princípia.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc** (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- REZEK, F.** (2005). *Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva.
- SALES, M. V.** (2002). *Corte internacional de justiça: origens históricas, organização, procedimentos, decisão e legitimidade*. [S.I.][s.n.].
- SILVA, R. L.** (2002). *Direito Internacional Público*. Belo Horizonte: Del Rey.
- TRINDADE, A.** (1997). *Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Volume I*. Porto Alegre: Sérgio Fabris.

### (b) Monografias electrónicas

- DAUDT, S. S.** (2005). *O Uso da Força Armada nas Relações Internacionais*. [em linha] [referência de 01 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.direito.unisinos.br/~ielbo/arquivos/TextoUsoForca.pdf>
- GARCIA, F. P.** (2005). *A transformação dos conflitos armados e as forças RMC*. [em linha] [referência de 10 Abril 2010]. Disponível na Internet em: [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=278](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=278)
- GUERRA, S.** (n.d.) *A protecção internacional da pessoa humana e a consolidação do direito internacional dos direitos humanos*. [em linha] [referência de 30 Março 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/32991/public/32991-41318-1-PB.pdf>



**MATEUS, F..** *Tribunal Internacional sobre Direito do Mar*. [em linha]. Dezembro de 2004. [referência de 02 de Março de 2010], de Jus Navigandi nº516 (5.12.2004) Disponível na Internet em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/imprimir.asp?id=6022>)

**REVISTA ÂMBITO JURÍDICO**, (2009). *A guerra como meio de solucionar conflitos internacionais*. [em linha] [referência de 30 de Abril de 2010], Disponível na Internet em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php>

**RIBEIRO, M., BEZERRA, L.** (2008). *Soberania, Direito Internacional do Mar e a exploração de petróleo & gás nas áreas offshore do Brasil*. [em linha] [referência de 02 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.parana-online.com.br/canal/direito-e-justica/news/318135/>

**SOUSA, I.** (1999). *A natureza e eficácia do direito internacional*. In Revista de Informação Legislativa. nº 141. Brasília. [em linha] [referência de 01 de Maio de 2010]. Disponível na Internet em:

<http://www.direito.unisinos.br/~ielbo/arquivos/NaturezaEficaciaDI.pdf>

**WARTKIN, C. K.** (n.d.). *The Operational Lawer: An Essential Resource For The Modern Commander*. [em linha] [referência de 30 Março 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.forces.gc.ca/jag/publications/pubpages/OP-DO-eng.asp>

(c) Publicações em série

**CARREIRA, J.M.** (2004). *O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares*. Cadernos Navais nº11. Lisboa: Edições Culturais da Marinha

**HEGELSOM, M.** (2009). *EU Operations and the Law*. Bulletin of the EU Military Staff - IMPETUS , nº. 8 (Knowledge Management ESDP and the Law).

(d) Artigos

**ESCORREGA, M. F.** (Abril de 2009). A Segurança e os "novos" Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias. *Em fase de Publicação* .

(e) Legislação e documentos oficiais

**Lei n.º 15/2002**, de 22 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro - *Código do processo dos Tribunais Administrativos*.

**ONU**, (1945). Carta das Nações Unidas.

**ONU**, (1949). Convenções de Genebra.





ONU, (1977). Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra.

(f) Sítios na Internet

**United Nations Mission in Liberia.** (2008). *Office of the Senior Legal Advisor.* (United Nations Mission in Liberia - Public Information Office) [em linha] [referência de 25 de Março de 2010]. Disponível na Internet em:

<http://unmil.org/1content.asp?ccat=judicial&zdoc=1>

(g) Doutrina

**Departement, I. O. L.** (2008). *Operational Law Handbook.* Virginia: U.S. Army.

**FM 27-100** (2000). *Legal Support to Operations.* Virginia: U.S. Army.

**General, J. A.** (2003). *Law of the Armed Conflict at the Operational and Tactical Levels.* Ottawa: Defence National.

**Joint Chiefs of Staff** (2007). *Joint Publication 1-04 - Legal Support to Military Operations.* Suffolk: Department of Defense.

**Joint Doctrine Concepts Center** (2005). *JWP 3-46 - Legal Support to Joint Operations.* Swindon: MOD United Kingdom.

**NATO** (2000). *Allied Joint Doctrine AJP-01(B).* Brussels: NATO

**NATO** (2001). *Peace Support Operations APJ-3.4.1.* Brussels: NATO

**NATO** (2003). *MC 362/1 NATO Rules of Engagement.* Brussels: NATO

**NATO** (2004). *STANAG 2449 Training in the Law of Armed Conflict.* Brussels: NATO

**NATO** (2005). *GOP - Guidelines for Operational Planning.* Belgium: NATO

**NATO** (2007a). *Allied Doctrine for Joint Operations APJ-3(A).* Brussels: NATO

**NATO** (2007b). *Allied Joint Doctrine APJ-01(C).* Brussels: NATO

**NATO** (2007c). *Bi-SC 75-3 Exercise Directive.* Brussels: NATO

**NATO** (2008a). *NATO Legal Deskbook (draft).* Brussels: NATO

**NATO** (2008b). *AAP6 – NATO Glossary of Terms and Definitions.* Brussels: NATO

**NATO** (2008c). *JHQ SOP 111 Spetial Staff.* Brussels: NATO

**NATO** (2009). *Allied Joint for Doctrine for Non-Article 5 Crisis Response Operations APJ-3.4(A).* Brussels: NATO

(h) Normas

**IESM.** (2010). *Norma de execução permanente nº DE 218, Trabalhos de investigação.* Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.







## ANEXOS



## ANEXO A

### Listagem das Principais Convenções da ONU

1856	Paris Declaration Respecting Maritime Law (Paris Declaration)
1868	St Petersburg Declaration Renouncing the Use, in Time of War, of Explosive Projectiles Under 400 Grammes Weight (St Petersburg Declaration)
1899	Hague Declaration 2 Concerning Asphyxiating Gases
1899	Hague Declaration 3 Concerning Expanding Bullets.
1907	Hague Convention IV Respecting the Law and Customs of War on Land (HC IV)  - Regulations Respecting the Laws and Customs of War on Land (HR).
1907	Hague Convention V Respecting the Rights and Duties of Neutral Powers and Persons in Case of War on Land (HC V)
1907	Hague Convention VII Relating to the Conversion of Merchant Ships into Warships (HC VII).
1907	Hague Convention VIII Relative to the Laying of Automatic Submarine Contact Mines (HC VIII)
1907	Hague Convention IX Concerning Bombardment by Naval Forces in Time of War (HC IX)
1907	Hague Convention XI Relative to Certain Restrictions with Regard to the Exercise of the Right of Capture in Naval War (HC XI)
1907	Hague Convention XIII Concerning the Rights and Duties of Neutral Powers in Naval War (HC XIII)
1923	Hague Rules of Aerial Warfare (HRAW)
1925	Geneva Protocol for the Prohibition of the Use in War of Asphyxiating, Poisonous or Other Gases, and of Bacteriological Methods of Warfare (Gas Protocol)
1936	London <i>Procès-Verbal</i> Relating to the Rules of Submarine Warfare Set Forth in Part IV of the Treaty of London of 22 April 1930 (London Protocol)
1944	Chicago Convention on International Civil Aviation (Chicago Convention).
1945	Charter of the United Nations (UN Charter)
1948	UN Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Genocide Convention)
1949	Geneva Convention I for the Amelioration of the Condition of the Wounded and Sick in Armed Forces in the Field (GC I)
1949	Geneva Convention II for the Amelioration of the Condition of Wounded, Sick and Shipwrecked Members of Armed Forces at Sea (GC II)
1949	Geneva Convention III Relative to the Treatment of Prisoners of War (GC III)



1949	Geneva Convention IV Relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War (GC IV)
1950	Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (ECHR)
1951	Convention Relating to the Status of Refugees  - 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees
1954	Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict, and Regulations for the Execution of the Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict (CPC)
1954	First Hague Protocol for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict (CPP I).
1961	Vienna Convention on Diplomatic Relations (VCDR)
1966	International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR)  - 1966 First Optional Protocol  - 1990 Second Optional Protocol, Aiming at the Abolition of the Death Penalty
1966	International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (ICESCR)
1969	Vienna Convention on the Law of Treaties (Vienna Convention)
1971	Montreal Convention for the Suppression of Unlawful Acts Against the Safety of Civil Aviation (SUA (Aviation) Convention)
1972	Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on their Destruction (BWC)
1976	UN Convention on the Prohibition of Military or Any Other Hostile Use of Environmental Modification Techniques (ENMOD Convention)
1977	Geneva Protocol I Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and Relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts (AP I)
1977	Geneva Protocol II Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and Relating to the Protection of Victims of Non-International Armed Conflicts (AP II)



1980	<p>UN Convention on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons Which May be Deemed to be Excessively Injurious or to Have Indiscriminate Effects (CCW)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 1980 Protocol I on Non-Detectable Fragments</li><li>- 1980 Protocol II on Prohibitions or Restrictions on the Use of Mines, Booby-Traps and Other Devices</li><li>- 1980 Protocol III on Prohibitions or Restrictions on the Use of Incendiary Weapons</li><li>- 1995 Protocol IV on Blinding Laser Weapons</li><li>- 1996 Amended Protocol II on Prohibitions or Restrictions on the Use of Mines, Booby-Traps and Other Devices</li><li>- 2003 Protocol V on Explosive Remnants of War</li></ul>
1982	United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS)
1987	<p>European Convention for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 1993 First Protocol</li><li>- 1993 Second Protocol</li></ul>
1988	Convention for the Suppression of Unlawful Acts Against the Safety of Maritime Navigation (SUA (Maritime) Convention)
1993	Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on their Destruction (CWC)
1994	San Remo Manual on International Law Applicable to Armed Conflicts at Sea (SRM)
1994	UN Convention on the Safety of United Nations and Associated Personnel (UN Safety Convention)
1997	Ottawa Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-Personnel Mines and on the Demarcation (Ottawa Convention)
1998	Rome Statute of the International Criminal Court (Rome Statute)
1999	Second Hague Protocol for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict (CPP II)
1999	UN Secretary General’s Bulletin on Observance by United Nations Forces of International Humanitarian Law (Sec-Gen Bulletin)



## ANEXO B

### Lista de principais funções e responsabilidades do LEGAD

<b>TAREFAS DOS LEGAD – DIREITOS E RESPONSABILIDADES</b>
<b>Formação, implantação e gestão do Estado Legal</b>
Treinar o pessoal da secção jurídica.
Gerir as operações da secção jurídica, incluindo informações e segurança.
<b>Planeamento, coordenação e supervisão</b>
Preparar os anexos legais da ordem de operações nos termos da doutrina em vigor.
Avaliar continuamente o decorrer da missão.
Servir como ponto único de contacto para todas as questões jurídicas de origem comum, que envolvam mais do que uma célula do Estado-Maior.
Colaborar com os homólogos, de escalão superior e inferior, de outras agências governamentais, agências governamentais estrangeiras, organizações intergovernamentais e ONG, incluindo a ligação com a CICV.
<b>Manutenção da boa ordem e disciplina</b>
Supervisionar a administração da justiça militar em toda a força conjunta.
Quando necessário recomendar a aplicação de políticas uniformes dentro da força para manter a boa ordem e disciplina ou preservar as relações com a Nação Hospedeira.
Comunicar directamente com o Comandante de Força Conjunta (CFC) em matéria de justiça militar.
<b>Estatuto das Força e as relações com a Nação Hospedeira</b>
Apoiar a negociação e conclusão de acordos internacionais, SOFA e MOU, em conformidade com as directivas, resoluções e acordos internacionais.
Aconselhar o CFC e o Estado-Maior relativamente à jurisdição penal estrangeira sobre os militares e civis da força.
Monitorizar as relações com os governos e os habitantes dos países estrangeiros.
<b>Direito da guerra e considerações relacionadas com o Direito Internacional</b>
Garantir que todos os planos, ordens, políticas, ROE e listas alvos emitidas pelo comando e os seus comandos subordinados são examinados pelo LEGAD para verificação da conformidade com a lei e política aplicável.
Colaborar com o J-3 ou J-5 a preparar as mensagens de pedido e autorização de ROE para o uso da força.
Acompanhar a realização dos julgamentos por crimes de guerra.



<b>TAREFAS DOS LEGAD – DIREITOS E RESPONSABILIDADES</b>
<b>Direito da guerra e considerações relacionadas com o Direito Internacional</b>
Aconselhar o CFC e o Estado-Maior sobre a autoridade legal e os constrangimentos, para a condução das operações militares, incluindo o uso da força; liberdade de navegação; sobrevoo do espaço aéreo nacional e internacional; actividades de <i>intelligence</i> e <i>counter-intelligence</i> ; operações de informações; <i>targeting</i> ; tratamento dos feridos e doentes, prisioneiros de guerra e de pessoas e bens civis, incluindo os migrantes, refugiados, e pessoas deslocadas internamente; conduta dos tribunais nos termos do artigo 5º da terceira Convenção de Genebra; governação dos territórios inimigos ocupados; exercício da autoridade militar sobre civis e propriedade privada no país; e armazenamento, transporte e utilização de produtos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares ou explosivos de alto rendimento e outras armas sujeitas a restrições especiais.
<b>Integração no Estado-Maior</b>
Certificar que todas as políticas e planos estão em conformidade com o Direito Internacional, lei local, SOFA, e política do Ministério da Defesa Nacional no que digam respeito à utilização do apoio contratado.
Mostrar preocupações específicas sobre o estatuto dos nacionais e do país terceiro no que se refere a pessoal contratado fora da área operacional; protecção de força/ medidas de segurança; e segurança do pessoal contratado (incluindo armas para defesa própria).
<b>Relatórios</b>
Acompanhar e aconselhar o Comandante e seu Estado-Maior no que diz respeito à investigação e a disposição de incidentes significativos que sejam necessários de serem relatados por meio de relatório operacional e outros relatórios (por exemplo, violações graves do direito da guerra, incidentes de pedido de asilo, acidentes de avião e possíveis violações a bordo).
Envio relatórios do estado jurídico.
<b>Prestação de serviços jurídicos</b>
Acompanhar e coordenar a prestação de serviços jurídicos em todo o comando.
Prestar serviços de consultoria jurídica aos oficiais averiguantes, rever juridicamente os processos e formular as recomendações adequadas à autoridade requerente.
Prestar assistência jurídica ao Comandante e ao Estado-Maior.
Assessorar o Comandante e o Estado-Maior sobre questões legais relacionadas com a prestação de apoio logístico às entidades não militares.
Assessorar o Comandante e o Estado-Maior relativamente a transferências ou outra disposição da propriedade militar.
Assessorar o Comandante e o Estado-Maior relativamente à aquisição ou venda de bens imóveis, mercadorias, serviços.
Monitorar a responsabilidade por perdas, danos ou destruição de propriedade militar.
Assessorar o CFC e Estado-Maior sobre questões legais relacionadas aos assuntos militares, incluindo a mobilização, aplicação do estatuto de objector de consciência e queixas apresentadas ao abrigo do código de justiça militar.
Supervisionar a contabilização de armas capturadas, troféus de guerra, documentos e



equipamentos.
Assessorar o Comandante e o Estado-Maior relativamente aos pedidos de asilo político e refúgio temporário.
Garantir a conformidade com as políticas e leis ambientais.
Servir como consultor de ética.
Aconselhar o Comandante sobre a responsabilidade de comando e sua responsabilização.
Supervisionar a investigação e tratamento de sinistros resultantes da actividade da força ao abrigo da lei militar de compensações, lei de compensações externa, lei de compensações de pessoal, acordos internacionais recíprocos de compensações (por exemplo, os SOFA), lei do Almirantado, lei pública de navios e outros estatutos aplicáveis.
<b>Formação</b>
Dar formação ao Estado-Maior sobre a LCA, ROE, lei estrangeira, ética, integridade dos contratos e outros temas como necessário e adequado.
Proporcionar formação relativa ao SOFA em países estrangeiros

Adaptado de: (Joint Chiefs of Staff, 2007: I12-I13)





## ANEXO C

### LEGAD OFFICE SOP

#### INTRODUCTION AND SCOPE

1. This Standing Operating Procedure (SOP) covers the Office of the LEGAD (LEGAD) within the Command Group (CG) at Joint Command Lisbon. (JCL). Its contents are predicated on its PEt of 1xOF4 and 1xOR6.

#### DUTIES

2. The LEGAD office is the single source of legal advice to the HQ relating to all matters with legal implications, which affect the role, and functioning of the HQ or operations under its control.

3. LEGAD although working to COS JCL on most issues, enjoys direct access to, and receives taskers from COM JCL. On day-to-day matters LEGAD works in consort with the customer J-CODE or working group.

4. Specifically LEGAD will provide advice to the following groups as required by AD and HQ SOPs:

- a. CG
- b. IOCB
- c. JTWG
- d. JCB
- e. JCBWG
- f. OPG
- g. ROE & Targeting cell.
- h. MWAC
- i. J1
- j. J4 & MJLC
- k. J8 P&C
- l. CICOM

5. Areas of legal advice and expertise which may be dealt with include, *inter alia*:

- a. Law of Armed Conflict
- b. International Humanitarian Law
- c. Status of Forces and other Status agreement instruments
- d. Rules of Engagement
- e. Law of Sea
- f. Law of Air.
- g. Law of Contract.
- h. Intelligence law.
- i. Claims.
- j. NATO employment regulations.



k. Customs and excise related matters.

6. LEGAD will liaise and co-ordinate all legal matters with superior, parallel and subordinate HQs and with ACT command entities.

#### STAFFING

7. All matters having legal implications will be staffed through LEGAD who will sign off as legally supportable all products once they have been reviewed and where necessary modified by LEGAD.

8. In order to ensure smooth functioning within the CG, special attention will be paid to the close working relationship enjoyed between LEGAD, POLAD, PIO and DOS.

9. A LEGAD tasking and tracking system will be employed to capture and monitor all current tasks and indicate ongoing status.

#### OFFICE ROUTINE

10. Routine office hours will mirror those of the HQ, and will extend where necessary to support exercise or operational HQ activities.

11. All initial or routine enquiries will be routed through the LEGAD paralegal OJW GLX 0020, who will stream and manage all tasks.

12. A LEGAD section of the wise page will carry all LEGAD products and will link to other related sights and documentation. The LEGAD wise page is managed by the LEGAD paralegal.

13. LEGAD paralegal will in addition co-ordinate, manage and be responsible for the following tasks within the LEGAD office:

- a. Filing and document registration.
- b. Document and office security.
- c. Office routine.
- d. Office RLS matters.
- e. TDY applications and other routine returns.

14. LEGAD is responsible for the contents and promulgation of this SOP.

JOHN HARDY  
LTC UKA  
4147

DATED: 21 MAR 2006



## APÊNDICES



## APÊNDICE 1

### Extractos das Entrevistas mais Relevantes

Entrevista 1 . **CPT Julien Maderay (France Air Force) (30 Abril 2010)**  
**Deputy Legal Advisor Joint Force Command Lisbon**

Sem um guião pré-estabelecido a conversa com o Capitão Maderay proporcionou um enquadramento muito claro das questões que se prendem com a assessoria jurídica ao dos Quartéis-generais da NATO nível operacional .

CPT Maderay possui uma vasta experiência na matéria, uma vez que além da actual função como *deputy* do LEGAD do JFC Lisbon, também desempenhou anteriormente funções semelhantes no âmbito da UE, o que lhe permitiu mostrar as diferenças entre as duas organizações.

Tendo como ponto de partida o JHQ SOP 111, referiu que com base na nova estrutura OTAN, passou a existir um *special staff*, com funções de assessoria directa ao Chief of Staff (COS), constituído entre outros pelo LEGAD, POLAD e Public Affairs Advisor. O *special staff* além de interagir entre si, relaciona-se também como necessário com as agências externas e aconselha o COS nas respectivas áreas específicas.

Seguidamente, abordou o *job description* do LEGAD do JFC Lisbon, caracterizando e elencando as principais áreas de actuação, realçando que as tarefas mais executadas em Lisboa são no âmbito da LCA, ROE, SOFA e MOU, no entanto o Capitão Maderay frisou que nos outros quartéis-generais da OTAN a importância das tarefas executadas não é exactamente a mesma, tendo dado como exemplo o caso de Brunssum que neste momento, face á missão em curso, está a trabalhar mais com a área de reclamações e compensações por danos civis infringidos.

Por fim abordou-se a questão da mobilidade dos LEGAD para os TO, a qual é frequente nos quartéis de Brunssum e Nápoles (uma vez que o LEGAD é constituído por 8 elementos), existindo *Foward Staff Elements* (FSE) envolvidos nas operações em curso.

Entrevista 2 **MAJ Santos Coelho (28 de Abril de 2010)**

A entrevista realizada com o MAJ Santos Coelho decorreu em forma de conversa, o qual procurou transmitir o seu conhecimento da história do Exército no que se refere ao DIH e a sua aplicação.

Da entrevista importa realçar, que a temática das ROE surgiu para o exército com as primeiras forças nacionais destacadas nos teatros de operações do Kosovo e da Bósnia, as quais se depararam pela primeira vez com as ROE da OTAN. Este facto levou a que o exército procurasse formar alguns dos seus juristas em DIH para depois se tornarem LEGAD e simultaneamente serem formadores nesta área, com especial ênfase na LCA aos militares que iriam ingressar nas *Organizational Level Maintenance Trainer* (OLMT).

Neste momento a área jurídica do exército encontra-se em fase reestruturação aguardando a publicação do decreto-regulamentar, para ser criada a Repartição de Assuntos Jurídicos, que tratará do DCA, desde a formação e treino passando gestão da colocação de pessoal da área jurídica operacional no Comando das Forças Terrestres (CFT) e nas Brigadas.

Outra questão abordada, foi a actual situação da assessoria jurídica operacional no CFT, realçando que apesar de existir um assessor jurídico, no comando de nível operacional do exército este não trata do OPLAW, no entanto esta lacuna será brevemente colmatada com a implementação da nova estrutura orgânica, fruto da actual revisão legislativa. O Major Coelho frisou ainda que no âmbito desta alteração regulamentar passará a estar colocado um LEGAD no CFT e também em cada uma das brigadas, com a tarefa de prestar apoio directo ao pessoal da sua brigada que esteja nas FND.



Entrevista 3

**CFR Neves Correia**

**Chefe do Departamento Jurídico Operacional Internacional - Estado-Maior da Armada. (21 Março 2010)**

A conversa com o CFR Neves Correia, proporcionou um enquadramento muito claro das questões mais relevantes com que se deparam os LEGAD. A sua vasta experiência e envolvimento directo neste assunto, nomeadamente como professor na área de OPLAW no Centro de Instrução de Tática Naval, na Escola Naval, e mais recentemente no IESM, bem como LEGAD operacional do EMGFA, da Marinha no Comando Naval e também como Chefe do DJOI, permite-lhe ter uma perspectiva transversal sobre esta temática. Para o Cte Neves Correia o LEGAD no caso de Portugal trabalha essencialmente o OPLAW, nas vertentes das ROE, em conjugação com o Direito Internacional, LCA, Direito do Mar e Direito do Ar no aplicável. Em termos nacionais considera que a grande lacuna é a inexistência de um LEGAD operacional ao nível do EMGFA no Comando Operacional Conjunto. Este facto, tem sido culmatado pelo apoio dos Ramos, quando há operações e exercícios em planeamento ou em curso.

Em termos nacionais, considera que a área do OPLAW deverá evoluir consideravelmente no futuro, no que se refere ao nível da criação de SOFA e MOU com diversos Estados amigos e aliados, com vista a permitir uma actuação das forças nacionais de forma mais célere em diversos TO. Exemplo dessa situação é o caso de diversos Estados que estabeleceram e criaram SOFA e MOU para enquadrar a maioria da actuação dos seus militares quando colocados em outros países. O Cte Neves Correia sugeriu mesmo que se deveria estabelecer este tipo de acordos com países como Cabo Verde para o caso das NEO. Por último efectuou-se uma revisão da organização jurídica operacional da Marinha e das diversas áreas de actuação do LEGAD em termos de planeamento, desenvolvimento e condução de operações e dos exercícios que se realizam na Marinha Portuguesa.



## APÊNDICE 2

### Corpo de conceitos

**Níveis de Operações** - De uma perspectiva nacional, as preocupações de nível estratégico diz respeito à aplicação de toda a gama de recursos nacionais, em todos os instrumentos do poder, para alcançar os objectivos políticos e é do domínio do chefe de Governo e dos ministros. No seio da OTAN o nível estratégico diz respeito à aplicação dos recursos da Aliança para atingir os objectivos estratégicos definidos pelo NAC. As operações conjuntas dirigidas pelas forças aliadas são planeadas e executadas em três níveis. Elas são dirigidas ao nível estratégico militar e são planeadas e executadas no nível operacional e tático. As acções militares são definidas como estratégicas, operacionais ou táticas baseadas no seu efeito pretendido ou contribuição para a realização de objectivos especificados.

**Nível operacional** - O nível operacional é o nível de uma guerra em que as campanhas e as principais operações são planeadas, conduzidas e sustentadas para atingir os objectivos estratégicos dentro da área de operações.

**Regras de empenhamento** - As acções militares são controladas por *Rules of Engagement* (ROE), que são autorizadas pelo NAC na aprovação do plano operacional. As alterações posteriores ao perfil ROE por qualquer razão terá de ser proposto ao escalão superior pelo Comandante de nível operacional, para aprovação NAC. As ROE definem o grau e a forma em que a força pode ser aplicada e destinam-se a assegurar que essa aplicação da força é cuidadosamente controlada. A conformidade de qualquer acção dentro de qualquer perfil de ROE em vigor não garante a legalidade, que continua a ser da responsabilidade do Comandante.

**Combatentes** - São todos aqueles que têm o direito de participar directamente nas hostilidades, podem compreender:

- (1) Membros das FFAA;
- (2) Forças irregulares com comando organizado;
- (3) Organizações paramilitares incorporadas nas FFAA;
- (4) Todos os indivíduos que usem as suas armas abertamente à frente do inimigo;
- (5) Crianças desde que se incluam num dos parâmetros anteriores.



**Não-Combatentes** - Incluem-se neste conceito os elementos não pertencentes às FFAA, que não apoiem os actos hostis. Estes não podem ser objectivo de ataque, devendo-se dar especial atenção a mulheres e crianças. Este conceito abrange:

- (1) A população civil em geral;
- (2) Pessoal médico, religioso ou jornalistas mesmo que pertencentes às FFAA;
- (3) Feridos, doentes, náufragos e capturados.

**Combatentes Ilegais** - São não combatentes participantes no combate. Têm estatuto especial, pois não podem ser capturados, nem considerados prisioneiros de guerra e não podem ser repatriados. Estes devem ser vistos como criminosos comuns.

**Prisioneiros de Guerra** - Só podem ser considerados prisioneiros de guerra os militares combatentes capturados pelo inimigo. Este estatuto protege o direito de serem tratados humanamente, de estarem protegidos contra actos de violência ou da curiosidade pública. Podem ser interrogados, tendo apenas o dever de divulgar o seu nome, posto, data de nascimento e número. Em caso de fuga não podem ser castigados penalmente.